

prisma.com

Revista de Ciências e Tecnologias de Informação e Comunicação



CITCEM

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

U. PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Direção

Elisa Cerveira, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal

Conselho Editorial

1. **António Machuco Rosa**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
2. **Armando Malheiro da Silva**, Universidade do Porto - Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
3. **Fernando Zamith**, Universidade do Porto - Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
4. **Helena Sousa**, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Portugal
5. **Maria Manuela Cardoso**, Instituto Politécnico do Porto, ISCAP, / Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Portugal
6. **Óscar Mealha**, Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, Portugal
7. **Paulo Faustino**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
8. **Sara Jesus Gomes Pereira**, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Portugal

Gestão da Informação

1. **Mariana Paula Martins Selas**, Universidade do Porto - Faculdade de Letras, Portugal

Comissão Científica

1. **Alfredo Pena-Vega**, IAC - Institut Interdisciplinaire d'Anthropologie du Contemporain - Centre Edgar Morin-EHESS/CNRS, França
2. **Ana Isabel Reis**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras
3. **Ana Lúcia Terra**, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
4. **Ana Margarida Pisco Almeida**, Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, Portugal
5. **António Machuco Rosa**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
6. **Armando Malheiro da Silva**, Universidade do Porto - Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
7. **Brasilina Passarelli**, Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Brasil
8. **Carla Conti de Freitas**, Universidade Estadual de Goiás (Campus Inhumas), Brasil
9. **Carlos Ávila de Araújo**, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Brasil
10. **Carlos Felimer del Valle Rojas**, Facultad de Educación y Humanidades, Universidad de la Frontera, Chile
11. **Cláudio Roberto Magalhães Pessoa**, Universidade FUMEC, Belo Horizonte, Brasil
12. **Cristina Ponte**, Universidade Nova de Lisboa, Departamento de Ciências da Comunicação, Portugal
13. **Edileuza Regina Pena**, Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais (Campus de Rondonópolis), Brasil
14. **Edson Luiz Riccio**, Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Brasil
15. **Enoi Dagô Liedke**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Brasil
16. **Fernanda da Silva Martins**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
17. **Fernanda Ribeiro**, Universidade do Porto - Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
18. **Fernando Ramos**, Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, Portugal
19. **Fernando Zamith**, Universidade do Porto - Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
20. **Francisco Alberto Severo de Almeida**, Universidade Estadual de Goiás (Campus Inhumas), Brasil
21. **Francisco Carlos Palleta**, Universidade de S. Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Brasil
22. **George Leal Jamil**, Universidade FUMEC, Belo Horizonte, Brasil

23. **Helder Bastos**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
24. **Helena Lima**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
25. **Helena Santos**, Universidade do Porto, Faculdade de Economia / CITCEM, Portugal
26. **Inês Amaral**, Universidade Autónoma de Lisboa, Instituto Superior Miguel Torga, Portugal
27. **Inês Peixoto Braga**, Instituto Politécnico do Porto, ISCAP/ CITCEM, Portugal
28. **Jorge Ferraz de Abreu**, Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, Portugal
29. **José António Moreiro González**, Universidad Carlos III, Facultad de Humanidades, Comunicación y Documentación, Espanha
30. **José Azevedo**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras
31. **José Simões de Almeida Júnior**, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Brasil
32. **Laura Rosseti Ricapito**, Universidad Autónoma Metropolitana, Xochimilco, México
33. **Lidia Barboza Norbis**, Universidad de Montevideo, Facultad de Humanidades y Educación, Uruguay
34. **Lídia Oliveira**, Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, Portugal
35. **Luc Quoniam**, Université Sud – Toulon Var, França
36. **Lucivaldo Barros**, Universidade Federal do Pará, Faculdade de Biblioteconomia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Brasil
37. **Luís Borges Gouveia**, Universidade Fernando Pessoa, Porto / CITCEM, Portugal
38. **Lynn Gama Alves**, Universidade do Estado da Bahia, SENAI - CIMATEC, Brasil
39. **Marcos Galindo**, Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Ciência da Informação, Brasil
40. **Maria Beatriz Marques**, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
41. **Maria del Carmen Cruz Gil**, Universidad Carlos III, Madrid, Espanha
42. **Maria Irene Fonseca e Sá**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Brasil
43. **Maria Manuel Borges**, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Portugal
44. **Maria Manuela Pinto**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
45. **María Victoria Carrillo Durán**, Universidad de Extremadura, Facultad de Biblioteconomía y Documentación, Espanha
46. **Moisés Rockembach**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Brasil
47. **Olívia Pestana**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
48. **Paulo Frias**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
49. **Pedro Almeida**, Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, Portugal
50. **Renata Baracho**, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Brasil
51. **Silvana Vidotti**, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências (Campus de Marília), Brasil
52. **Tom Linden**, University of North Carolina at Chapel Hill, School of Media and Journalism, Estados Unidos da América do Norte
53. **Vasco Ribeiro**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
54. **Zeny Duarte**, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Brasil

Periodicidade: semestral (edição de 1 ou 2 números temáticos por ano)

ISSN: 1646-3153

Contacto: prisma.com@letras.up.pt

EDITORIAL

Elisa Cerveira

Faculdade de Letras da universidade do Porto/CITCEM

elisa.cerveira@gmail.com

Sendo a revista Prisma.Com um espaço de reflexão e divulgação de textos e trabalhos científicos na interseção das áreas da Comunicação, Informação e Tecnologia, e que, por isso, acolhe trabalhos desses campos inter e transdisciplinares, é curioso verificar que a submissão de trabalhos nem sempre permite uma seleção equilibrada de estudos em todo este espectro de temáticas. Esse é o caso da presente edição que inclui um conjunto de artigos onde prevalecem estudos da área da Ciência da Informação.

O primeiro trabalho apresentado é do autor Dario Nogueira Júnior, com o título “Governo eletrónico Brasil e Portugal: as limitações na aplicabilidade da comunicação interativa cidadã” onde se analisa a relevância das políticas de *e-government* implementadas nos dois países e a possibilidade de participação dos cidadãos através dessas plataformas digitais.

O segundo artigo, de três autores do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Ramos, Carvalho e Souza, através de análise bibliométrica efetuada nas bases de dados *Scopus*, *Web of Science* e *Dimensions* sobre os temas Covid-19 e alterações climáticas, conclui que os sistemas de organização do conhecimento usados por estes repositórios são diferentes. A diversidade de termos e de domínios novos acrescenta novas dificuldades na representação do conhecimento e impacta a interoperabilidade semântica, especialmente para os princípios FAIR - Findability and Accessibility - em Bases de dados.

O seguinte texto, da autoria de Miguel e Silva, também nos traz um estudo efetuado com base na aplicação de análise bibliométrica na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), sobre a relação da temática Política de Comunicação com a área da Ciência da Informação.

Como último artigo, mas desta vez da área das Ciências da Comunicação, Cardoso e Cerveira apresentam um trabalho sobre o uso das redes sociais na comunicação política brasileira, quer durante as campanhas políticas, quer no exercício de um mandato político. Os resultados deste estudo

reafirmam, também, a importância de uma sintonia das ações e divulgação da informação online e off-line levadas a cabo pelos políticos para que se torne mais eficaz o impacto da mensagem e a fidelização do público.

Para encerrar este número da revista Prisma.Com, Armando Malheiro da Silva deixa-nos uma resenha da obra “A Era da Inteligência Artificial e o nosso futuro humano” dos autores Henry Kissinger, Eric Schmidt, Daniel Huttenlocher , 4ª ed., publicada pela editora D. Quixote, em 2021. Trata-se de uma obra notável de três autores de renome do mundo empresarial, político e tecnológico que nos esclarecem sobre as implicações futuras da aplicação da inteligência artificial na vida do cidadão comum. Sem dúvida um livro a não perder.

Boas leituras!

Governo eletrônico Brasil e Portugal: as limitações na aplicabilidade da comunicação interativa cidadã.

Electronic government Brazil and Portugal: limitations in the applicability of interactive citizen communication

Dario Azevedo Nogueira Junior

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil
dazevedojr@yahoo.com.br

Resumo

A partir análise de dados consolidados como: Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade da Comissão Europeia, Instituto Nacional de Estatística, Comitê Gestor da Internet no Brasil, Digital In, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Fundação Getúlio Vargas entre outras fontes, este artigo tem por objetivo contribuir para o debate acadêmico, procurando traçar uma correlação no padrão adotado nas políticas públicas eletrônicas aplicadas à realidade brasileira e portuguesa. Partindo do aspecto de como estes governos estão pensando o uso da internet e sua relação com as restrições de interatividade digital cidadã no sentido de compreender como veem formando um pensamento em relação ao uso da internet por esses governos, e sua aderência ao conceito de Nova Gestão Pública (NGP).

Palavras-chave: Governo eletrônico; serviços públicos digitais; Brasil, Portugal.

Abstract

From the analysis of consolidated data such as: Index of Digitality of the Economy and Society of the European Commission, National Institute of Statistics, Internet Management Committee in Brazil, Digital In, Brazilian Institute of Geography and Statistics, Fundação Getúlio Vargas, among other sources, this article aims to contribute to the academic debate, trying to trace a correlation in the pattern adopted in electronic public policies applied to the Brazilian and Portuguese reality. Starting from the aspect of how these governments are thinking about the use of the internet and its relationship with the restrictions of citizen digital interactivity in the sense of understanding how they see forming a thought in relation to the use of the internet by these governments, and their adherence to the concept of New Management Public (NGP).

Keywords: Electronic government; digital public services; Brazil, Portugal.

Introdução

Em Portugal, as plataformas digitais estão cada vez mais presentes no domínio dos serviços públicos. O documento eGovernment Factsheets, que é um estudo comparativo acerca do desenvolvimento da administração pública digital na Europa publicado pelo observatório da Comissão Europeia em 2018, indica que Portugal no que confere a usabilidade e disponibilidade de serviços online denominado user centricity está pontuado em 96, numa escala de 100, enquanto a média dos países europeus afere 70 pontos neste item. O estudo analisa, entre outros aspectos, o nível de transparência dos governos no desempenho e prestação de serviços e dados pessoais. O resultado, neste quesito, coloca Portugal 23 pontos acima da média europeia somando 71 pontos.

O Brasil também tem tido um papel marcante na utilização das plataformas digitais na gestão pública. No estudo de 2010 sobre governo eletrônico da Organização das Nações Unidas (ONU) avaliando a situação do desenvolvimento de governo digital dentre os 193 países membros da Organização, o país ocupava a posição 51ª no ranking de desenvolvimento do governo eletrônico, e-Government Development Index (EGDI), estando atrás de outros países latino-americanos, como Chile (34º), Uruguai (36º) e Argentina (48º). E na pesquisa (ONU) 2018, a décima edição do relatório de governo eletrônico das Nações Unidas, aponta que o Brasil saiu da colocação 51ª para 44ª posição, passando de 0,63 para 0,73 no índice (EGDI). O País agora é o líder na América Latina, o principal componente a contribuir para o salto brasileiro no índice geral foi a oferta de serviços públicos digitais: o Brasil passou de 0,73 em 2016 para 0,92 em 2018.

No entanto, Franco (2014) avalia que o governo eletrônico não deve ser visto apenas pela oferta de serviços pela internet, mas também, pela vasta gama de possibilidades de interação e participação entre governo e sociedade e pelo compromisso de transparência por parte do governo. Mesmo Portugal e Brasil já oferecendo diversos dados governamentais publicamente, é preciso ponderar que nem sempre o gestor propicia todas as possibilidades de informação e de comunicação ao usuário. Castells (2003), ao falar da internet como possibilidade para a democracia digital indica que:

“A interatividade torna possível aos cidadãos solicitar informações, expressar opiniões e pedir respostas pessoais a seus representantes. [...] No entanto, Governos em todos os níveis usam a internet, sobretudo como um quadro de avisos eletrônicos para divulgar sua informação sem se empenhar muito em interação real”. (2003, p. 17).

Neste sentido, o estudo propõe uma análise, a partir de dados consolidados, ainda que com números favoráveis a disponibilização de serviços digitais públicos governamental tanto em Portugal quanto no Brasil. Ou seja, com as políticas digitais adotadas, a oferta de serviços que poderíamos designar como e-Government Development, acompanha na mesma proporção a e-participation cidadã nesses dois países? Somente a ampliação da oferta de serviços, com a utilização das tecnologias de informação, é suficiente ao programa de gestão comunicacional participativa e interativa entre cidadão e Estado?

1. Nova Gestão Pública: a tecnologia digital como uma forma de pensar o Estado

Moura (2013) indica que estamos numa nova fase de modernização capitalista baseada no processo tecnológico aliado ao liberalismo econômico e que vem gerando mudanças relevantes na

reorganização e na forma da gestão pública em vários países. Desta maneira é fundamental mencionar a corrente doutrinária New Public Management (NPM) ou Nova Gestão Pública (NGP) como o pensamento das iniciativas de reformas liberais. Sendo que, nos dias atuais, observa-se uma apropriação deste pensamento estabelecendo o alicerce das políticas de governo eletrônico resultando obrigatoriamente a adesão ao discurso do Estado mínimo para o desenvolvimento destas iniciativas. Este movimento emergiu inicialmente em países anglo-saxônicos, a partir do início dos anos 1980, como: Estados Unidos, Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia. “Suas origens são as mesmas do pensamento ultraliberal. Como é evidente que é a teoria de Estado define a teoria da Administração Pública, resta óbvio que a NGP é a teoria de Administração Pública do Estado ultraliberal”. (Dasso Júnior, 2014, p.11). Ainda de acordo com o autor, este pensamento tem ação importante como projeto de gestão pública ocidental:

“A Nova Gestão Pública consiste numa novidade, não somente por sua origem, mas principalmente por sua configuração como novo referencial teórico e pela impressionante influência que causou e vem causando nas Administrações Públicas em diversos países ocidentais.” (2014, p.13).

Entre as diretrizes de eixo, deste processo teórico, está a tônica recorrente da necessidade da reforma gerencial do Estado pautada no discurso de modernização da gestão pública pelo acelerado desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TICs), e sobretudo, pela capacidade de ampliar o Estado mínimo com a substituição do trabalho humano pelas plataformas digitais. Okot-Uma (2001), indica que redução de custos e o ganho de eficiência são vistos como objetivo principal dessa perspectiva. Ainda segundo Levy existe um paralelo na lógica do mercado em que “o governo deve estar centrado no cidadão, assim como e-bussiness está centrado no cliente” (2010, p.139). O autor, observa que a atividade econômica capitalista necessita da regulação governamental para diligenciar a paz civil, respeito aos contratos, estabilidade econômica entre outros fatores. Por sua vez o Estado tem o papel de ser o garantidor dessa “governança da prosperidade” e simetricamente o Estado retira deste mercado seus recursos de existência através da cobrança fiscal e dos contribuintes pelos impostos. Tornando os ferramentais digitais, sobre tudo no momento atual, peça fundamental para eficácia deste processo administrativo econômico no qual o Estado torna-se dependente destas tecnologias.

Todavia, vale destacar que o termo governo eletrônico, ou e-gov, começou a ser utilizado com mais frequência na segunda metade da década passada, após a disseminação e consolidação do conceito de comércio eletrônico ou e-commerce.

Para que tenhamos, ainda, uma melhor compreensão do uso e da necessidade das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na administração pública, Piana (2007) indica que a utilização destas ferramentas passou por três etapas para atingir o estágio atual. A primeira delas estaria ligada ao início do comércio eletrônico, durante os anos 1990, restringindo-se apenas a transações econômicas entre particulares, particulares e empresas e empresas entre si possibilitando mais interatividade comercial despontando assim, o que começaria a ser o embrião de uma comunicação mais hábil que viria entusiasmar a administração pública quanto a um modelo de eficiência para gestão. Em uma segunda etapa surge a relação público-privada, na qual a comunicação poderia ser horizontal, ou vertical, caracterizada pela interação entre a administração e empresas ou particulares dando uma nova possibilidade de disseminação de conteúdo de informação. E por último a e-democracia, as tecnologias

em face à transparência e maior acesso a dados de gestão, levando a administração pública a ser mais descentralizada e interativa entre outras características desta comunicação web.

Alguns estudos como Bresser-Pereira (2002), Diniz, (2000) entre outros reforçam que as práticas mercadológicas digitais se consolidaram em princípios direcionados aos resultados e, desta maneira, forçando uma reorientação da gestão pública como um todo na busca de uma maior eficiência dos serviços para os usuários, uma vez que a iniciativa privada, ao utilizar as novas tecnologias, passa a dar exemplo de interação entre gestor e cliente proporcionando um patamar de eficácia a ser almejado.

Acompanhando a tendência de implementação do pensamento da New Public Management, dois eventos que seguiram as premissas teóricas da (NGP) no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, influenciaram as discussões para o desenvolvimento dos projetos de e-gov em vários países e obviamente no Brasil e em Portugal. O primeiro acontecimento foi o fórum intitulado a Reinvenção do Governo nos Estados Unidos da América e o segundo o eEurope pela Comissão da União Europeia. A partir destes dois eventos é que a expressão “governo eletrônico” germinou internacionalmente tornando-se assunto relevante nas agendas governamentais e, sempre que possível, associando aos movimentos de reforma do Estado bem como às transformações na forma de pensar a administração pública. Sendo, desta feita, um marco para a criação de instituições eletrônicas web compatíveis com as necessidades e características da era da informação.

No entanto, mesmo com toda a possibilidade de interação para o fortalecimento e-democracia que estas plataformas eletrônicas possibilitam, Martins et al. (2008) destaca o reflexo unilateral onde compete ao governo oferecer serviços de uma maneira sem comunicabilidade real com os usuários.

“O governo é que é o ator protagonista, o que reduz o papel da sociedade civil a mero consumidor ou usuário dos serviços oferecidos, sem qualquer postura pró-ativa, um ser passivo. Portanto, (...) essa visão de governo eletrônico na versão restrita não se configuraria, como governo eletrônico de fato, mas sim como a informatização de parte dos processos operacionais do Estado, podendo ser intitulado no máximo como serviços públicos automatizados (e-serviços)”. (2008, p. 07)

2. Governo eletrônico em Portugal: necessário ao projeto de Estado atual

A Constituição portuguesa, de 1976, no seu artigo 268 contempla o acesso ao direito à informação como a reserva da intimidade e vida privada, segredo de justiça e questões de segurança nacional e do Estado quando expressa: “Os cidadãos têm também o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna e externa, à investigação criminal e à intimidade das pessoas” entre outras normativas. Nesse sentido, Portugal dispõe de regras ao acesso à informação, mesmo antes da utilização da Internet.

A primeira, é a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), de 26 de agosto de 1993, que vem passando por várias modificações através dos anos. A Lei n.º 46 de 24 de agosto de 2007, que revogou a primeira, alude aos procedimentos de acesso a documentos administrativos e sua reutilização. A título de enquadramento histórico-jurídico a LADA, ao longo das décadas, tem passado por atualizações e versões. Neste momento, a Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto é a que está em vigor na qual aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos

documentos administrativos, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, e a Diretiva 2003/98/CE, de 17 de novembro.

Vale destacar que a LADA traz um aspecto importante ao sopesar que a Administração Pública tem o dever de dar publicidade às informações: “O direito de acesso aos documentos administrativos compreende não só o direito de obter a sua reprodução, bem como o direito de ser informado sobre a sua existência e conteúdo” (Portugal, 1993).

Outro aspecto relevante da LADA, foi a criação da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) que julga, dá orientação aos órgãos do governo e zela pelo cumprimento das leis que garantam o acesso às informações públicas. Valendo ainda observar que a CADA foi mantida mesmo com as atualizações recorrentes da LADA.

A Lei n.º 46/2007 destaca que os documentos devem estar disponíveis: “(...) em bases de dados electrónicas facilmente acessíveis ao público através de redes públicas de telecomunicações” (Portugal, 2007), dando ênfase na adoção de plataformas digitais pelo Estado português. Contudo, Sousa (2016) indica que Portugal traz a legislação que menos discute a questão da internet, muito embora o seu texto tenha sido aprovado em 2007.

A ONG portuguesa Transparência e Integração indica que a Lei n.º 26/2016, a mais atual, não é aplicada em sua totalidade.

“Portugal aderiu à Open Government Partnership em dezembro de 2017 e, no âmbito do I Plano Nacional de Administração Aberta, propusemos um compromisso destinado a reforçar a implementação e monitorização da LADA. Sem surpresa, este é um dos compromissos que menos progresso registou durante a implementação do plano, iniciada em 2019” (Transparência e Integração, 2020).

No estudo intitulado o Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade (IDES) de 2021 da Comissão Europeia traz a informação de que “apenas 48 % dos serviços públicos digitais em Portugal são dados abertos, estando abaixo comparativamente com a média da UE que é de 78 %”. O que nos leva ao questionamento se o público tem acesso à informação com o pleno conhecimento de onde e como encontrá-los e sobretudo, se existe um estímulo à consulta dos mesmos. Afinal, nos dias atuais a internet propicia plenamente esta possibilidade de interatividade entre o Estado e o cidadão e vice e versa.

No âmbito das Finanças, Portugal foi o primeiro país do mundo a receber a declaração do Imposto de Renda pela Internet, em 1996. Conhecido como Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares IRS. A prática das plataformas digitais passa a ser adotada como uma forma eficiente para combater a fraude e evasão e fiscal, levando, entre outros acontecimentos, ao desenvolvimento do Programa “e-fatura” pelo Decreto-Lei 198/2012, de 24 de agosto. Melo indica que da aplicação do “e-fatura”, que teve o seu início a 1 de janeiro de 2013, bem como de todas as medidas que dele fizeram parte, urge fazer uma análise dos números envolvidos até 2017 e conclui que mesmo em momentos de crise a aplicação da forma eletrônica leva a uma maior arrecadação de receita fiscal, por parte do Estado Português, se comparado a números anteriores. Este dado indica como a gestão pública também necessita e depende dessas ferramentas digitais.

“Em 2013, verificamos logo um aumento de 13,21% por referência ao período anterior de 2012. Em 2014, um aumento de 2,34%, em 2015 um aumento de 4,66%, em 2016 um aumento de 3,59% e, em 2017 um aumento de 4,81%. Uma última nota relativamente à arrecadação fiscal, referente a este período de 2017 onde a receita fiscal arrecada, por comparação a 2012, onde não vigoravam as medidas do “e-fatura”, verifica-se uma diferença no aumento da receita fiscal na ordem do dez mil milhões de euros”. (2018, p.74)

O relatório IDES de 2021 avulta a cifra de 3,67 mil milhões de Euros investidos em ações de competências digitais na “digitalização do Estado como alavanca para a sustentabilidade das finanças públicas” (2021, p.04).

Os investimentos em infraestrutura de telecomunicações constituem um dos pontos fortes nas avaliações de Portugal, pois se o cidadão em geral não tem acesso a rede web o projeto de governo eletrónico não poderá prosperar. Assim, vale ressaltar, que em novembro de 1999, com o objetivo de organizar as diretrizes da administração pública, a Comissão da União Europeia lançou o eEurope ¹. Neste momento, Portugal como Estado-membro, adotou as determinações da União Europeia para que aplicasse e concretizasse efetivamente os planos de ação definidos. Além disso, o país empreendeu suas próprias iniciativas, mobilizando-se no estabelecimento de ações. Em seguida, em março de 2000, o Conselho Europeu em Lisboa aprovou a Estratégia de Lisboa 2010, na qual definia que os principais serviços públicos deveriam ser oferecidos em plataforma virtual. O uso da internet passou a ser reforçado a partir de 2000 com o Plano de ação eEurope 2002 e com o uso das TIC's pelo Conselho Europeu de Estocolmo, que foi, então, enquadrado como governo eletrónico. Assim, as iniciativas da União Europeia para a informação eletrónica pública encaminharam-se por meio da sequência de ações e planos: plano de ação eEuropa 2005, a Estratégia de Lisboa 2010 e o i2010 entre outros. (Bilhime et al., 2007, p.05).

Como consequência das medidas adotadas, Portugal em 2018 passou a integrar um grupo de países com “boas práticas” de governo eletrónico, uma espécie de G7 para o governo digital. Este grupo de países foi criado em Londres em 2014, pelo Reino Unido, Estónia, Israel, Nova Zelândia e Coreia do Sul, trouxe inicialmente a designação de D5 (pelo número de membros), alargando-se para D7 em 2017, com a entrada do Uruguai e Canadá. Nesse mesmo ano, a Nova Zelândia propôs a entrada de Portugal, candidatura que contou com o apoio da Estónia, tendo sido aceita por unanimidade por todos os Estados que compõem o grupo. Atualmente o grupo é denominado de D9.

Em termos de utilização destas infraestruturas, em 2020, os dados reunidos no portal do Instituto Nacional de Estatística (INE) apresenta uma sociedade conectada a internet com uma taxa de “84,5% dos agregados familiares em Portugal com ligação à internet em casa e 81,7% utilizam ligação através de banda larga, o que representa um aumento significativo, de mais 3,6 %, em relação ao ano anterior”. Este aumento se explica sobretudo pela necessidade de comunicação que se impôs durante

¹ “Sociedade da Informação” adotados pela União Europeia em 2000 (e-Europe 2002) e 2003 (e-Europe 2005). Na sequência da avaliação do e-Europe, foi lançado o Programa i2010. Antes desta iniciativas, a Europa já estava adotando um conjunto de políticas e propostas legislativas dispersas, que acompanharam o desenvolvimento tecnológico e o debate pluridisciplinar sobretudo na Academia e nas organizações internacionais de referência. O ano de 1999 reflecte uma nova orientação da política europeia neste domínio, caracterizada pelo lançamento de planos de ação integrados, capacitados para responderem à transversalidade temática e aos desafios da Sociedade da Informação, com o recurso a um método aberto de coordenação na aferição dos desempenhos das iniciativas europeias, nacionais e regionais. Sendo assim, a aprovação do Plano de Ação e-Europe assinalou o início do processo de construção de uma política europeia para a Sociedade da Informação.

a pandemia devido a restrição de circulação da população. Mas, as desigualdades sociais também se expressam no acesso à internet por classes de rendimento na pesquisa do INE, observa-se que: 20% dos agregados com maiores rendimentos são os que apresentam maiores níveis de acesso à internet (96,8%) e à banda larga (94,5%). No outro extremo, nos agregados com 20% dos menores rendimento, as proporções reduzem-se para 66,9% com acesso à internet em casa e 62,4% através de banda larga. A ligação à internet em casa e a ligação por banda larga são, em 2020, mais frequentes na área metropolitana de Lisboa, nas regiões do Algarve e autónoma da Madeira. (INE, 2020). No relatório IDEs, “em 2019, a percentagem de população portuguesa que não possui, pelo menos, as competências digitais básicas diminuíram de 50 % para 48 %. Contudo, cerca de 26 % não tinha qualquer competência digital. Tal continua a dever-se essencialmente ao facto de muitas pessoas nunca terem utilizado a Internet”. (2020, p.06) sendo que o mesmo estudo apresenta 22% de pessoas que nunca utilizaram a internet em 2020.

O Instituto Nacional de Estatística, no contexto da pandemia instalada, apresenta o estágio alcançado pelos portugueses nas mais variadas atividades relacionadas a web como a busca por serviços em governo eletrónico, em 2020. Mais da metade da população fez uso da internet: “56,9% declararam ter utilizado serviços de organismos da Administração Pública através de website ou aplicação de internet para pelo menos um dos seguintes objetivos: obter download ou imprimir formulários oficiais ou para preencher e enviar online formulários oficiais” (INE, 2020). A oferta destes serviços não necessariamente são os mais essenciais a serem oferecidos a população, uma vez que download de documentos ou formulários, são utilizados sobretudo para pagamento de taxas e impostos ou requerimentos administrativos que servem mais ao controle e pujança do Estado do que propriamente em benefício direto ao cidadão. No Brasil, isto também ocorre como veremos mais adiante.

O INE (2020), no que se refere a proporção na utilização de serviços públicos digitais, apesar de superior à obtida em 2019, mais de 3,1%, permaneceu abaixo da média da União Europeia que é de 62% em 2020. Outro aspecto relevante é que antes da covid-19, os dados demonstram uma tendência de queda do conjunto de pessoas que utilizavam serviços públicos pela internet, para contactar com organismos da administração pública em Portugal: 61,3% em 2017, 55,2% em 2018 e 53,8% em 2019. Isto demonstra, que os usuários desses serviços, por algum motivo enfrentam alguma dificuldade de comunicabilidade interativa, podendo considerar estes serviços não essenciais ou ainda podendo considerar sem resolutividade as suas demandas. Neste sentido, o secretário de Estado Adjunto e da Modernização Administrativa, Luís Goes Pinheiro, revela que “apesar da imensa disponibilização de serviços online ao longo dos anos pela Administração Pública, os níveis de utilização são bastante baixos”, e expressa como os serviços oferecidos falham em serem efetivos ou interativos para os cidadãos. E dá exemplos: “em 2018, foram pedidas 750 mil revalidações de cartas de condução, mas menos de 10% foram por via eletrónica. O mesmo se passou com os pedidos de registo criminal: houve quase um milhão de pedidos em 2018, mas pouco mais de 6% foram feitos online” (TSF, 2019).

O Portal do Cidadão, que foi lançado em 2004, foi substituído pelo sitio eletrónico ePortugal em 2019 (www.eportugal.gov.pt), para agregar e tornar mais visíveis os serviços públicos online. Um dos objetivos desta transformação, determinado pelo governo, é atingir a marca de um milhão de utilizadores, ultrapassando a baixa utilização que é registada dos serviços em linha e na expectativa de triplicar os atuais 320 mil utilizadores do portal. A evolução do Portal do Cidadão para o ePortugal é uma medida Simples+ 2017, que surgiu no sentido de organizar as informações e serviços eletrónicos

em torno de eventos da vida do cidadão e empresas. Vale ressaltar que o Governo ao apresentar o Simplex 20-21 e estimou que conseguirá fazer uma poupança de 190 milhões de euros com 58 das 158 medidas apresentadas. (SAPO, 2020).

Obstante, ao principal uso da internet e do conjunto de todas as atividades analisadas durante a pandemia em 2020, o INE revelou um maior crescimento das chamadas de vídeo ou de voz pela internet de 18% em 2019, passando para 70,5% em 2020. O telemóvel ou smartphone foi o equipamento mais referido pelos utilizadores de internet (82,5%) para aceder à internet em mobilidade. Por conseguinte, a pesquisa não aponta nenhum dado, ou serviço específico de governo digital, em que o cidadão pudesse fazer uma chamada de vídeo com a administração pública diretamente.

3. Governo eletrônico no Brasil: uma necessidade de Estado

De acordo com Lopes (2007), a implementação de mecanismos de acesso à informação no Brasil é muito recente. Ao longo de todo o extenso período de ditadura militar, a regra era o sigilo quase que absoluto das ações governamentais, com a justificativa da garantia da segurança nacional. E mesmo nos breves períodos democráticos anteriores ao golpe de 1964, ainda predominavam os modelos de governo que apresentavam características patrimonialistas e pré-burocráticas, impedindo quaisquer movimentos em prol da transparência no acesso à informação. Diferentemente do ocorrido em democracias mais consolidadas, nas quais o acesso à informação pública correspondeu a uma manifestação de vanguarda de um extenso processo de democratização.

Em países onde a democratização foi tardia, como o ocorrido no Brasil, mecanismos leais de acesso à informação surgiram apenas após o estabelecimento de condições democráticas mínimas. E, acompanhando a tendência de outros governos, foi promulgada em 18 de novembro de 2011 a Lei nº 12.527, popularmente conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), tendo como propósito a regulamentação do direito constitucional de acesso às informações públicas do país. E em seu texto, a LAI, em vigor desde 16 de maio de 2012, definiu a internet como canal obrigatório para a divulgação das iniciativas de Transparência Ativa, (Brasil, 2011).

Atualmente, o governo brasileiro adota, na teoria, o seguinte conceito de governo eletrônico de acordo com modelo de gestão pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG): “[...] a política de Governo Eletrônico do Estado brasileiro segue um conjunto de diretrizes baseado em três ideias fundamentais: participação cidadã; melhoria do gerenciamento interno do Estado; e integração com parceiros e fornecedores” (Brasil, 2017).

Contudo, mesmo diante desse discurso adotado pelo governo brasileiro, no sentido da promoção de meios de comunicabilidade mais apropriados às particularidades dos diferentes públicos alvo, ou seja, em prol de formas de comunicação mais segmentadas, o que se observa na prática é uma realidade bem oposta, pois mesmo com as múltiplas possibilidades geradas pelas tecnologias digitais, ainda predomina no setor público a fórmula da comunicação centralizadora, fundamentada na concepção de uma sociedade de massas, onde em muitos casos o que ocorre é apenas a simples difusão da informação e não uma comunicação propriamente dita com o cidadão.

Devido a extensão continental, populacional e suas contradições socioeconômicas entre outras tantas particularidades, o governo eletrônico tornou-se absolutamente necessário para o funcionamento e aperfeiçoamento da administração pública brasileira. Isto se explica pelo fato de que:

“A comunicação nessa nova configuração permite que todos os atores sejam emissores e receptores, num elevado nível de interatividade entre as partes, e, em tese, com os mesmos níveis de visibilidade e de oportunidade. A internet, em especial, provocou expansão na forma pela qual as pessoas e as organizações se relacionam, dada a sua rapidez e acessibilidade. Ela alterou a noção do tempo e do espaço, o tipo de acesso aos bens e serviços, a relação entre a noção de cidadania e o universo da política”. (Brito, 2006, p. 113).

Vale lembrar, que dentre os argumentos dos teóricos da NGP está contida a observação de que o Estado brasileiro teria crescido muito além de seu tamanho desejável, comprometendo o desenvolvimento da economia e os gastos públicos. Neste sentido, a redução do Estado e a implementação das ações de governo eletrônico passa a ser uma necessidade na concepção neoliberal para introdução destas reformas administrativas:

“Ao fortalecer uma base retórica que exaltava a importância da eficiência na administração pública (ainda que de forma excessiva), o projeto da reforma gerencial acabou, indiretamente, por viabilizar uma rápida penetração das ferramentas de governo eletrônico no âmbito dessa administração. Ou seja, a reforma foi elemento fundamental para o funcionamento (em termos sociotécnicos) do governo eletrônico no Brasil”. (Dias, 2012, p.38).

Seguindo esta ordem, os investimentos em tecnologia de informação (TI) aumentam constantemente sendo prementes na ampliação dos serviços públicos. Apenas em 2017, o governo brasileiro gastou R\$ 4,8 bilhões em TI como afirma a organização Contas abertas (O globo, 2018). A previsão em 2020, antes da Covid-19, em programas específicos de e-gov alcançou uma alta de recursos públicos na ordem de 6,2% do governo federal (Terra online, 2020). Valendo indicar que estes investimentos seguem uma lógica de lucro e diminuição de gastos. Como exemplo desta proposta teórica de gestão, Florencia Ferrer, da consultoria e-Stratégia Pública, responsável pela elaboração de estratégias do e-gov no estado de São Paulo, afirma: “Os sistemas eletrônicos são capazes de diminuir custos estruturalmente para a máquina pública”. Seguindo esta lógica, Ferrer tem como exemplo a reformulação da cobrança do imposto para circulação de automóveis (IPVA) no estado de São Paulo. Ao criar o IPVA eletrônico, que permite o pagamento do imposto pela internet, a iniciativa mostrou resultados expressivos para melhorar a prestação de serviços e diminuir a burocracia. A medida elimina papelada e funcionários fazendo com que o custo de cobrança do IPVA para o governo abaixasse de R\$16,70 reais para R\$1,90 por unidade reduzindo os gastos para o estado. Ou seja, o valor a ser pago pelo contribuinte continuou o mesmo e a economia total para o governo de São Paulo em 2010 foi de mais 13 milhões de reais (Exame on-line, 2011).

Neste mesmo sentido, o governo central com o programa “Nova Estratégia de Governo Digital” publicada em 30 de abril 2020, definiu a meta de 100% dos serviços do governo federal digitalizados até o final de 2022. Com a aplicação da estratégia, a estimativa é de uma economia de R\$ 38 bilhões em cinco anos, de 2020 a 2025, contado com eliminações de contratação de pessoal para atendimento presencial, locação de estruturas, manutenção de logística entre outros aspectos (Brasil, 2020).

Para que tenhamos mais elementos acerca do objeto em estudo lanço mão, ainda, de algumas pesquisas com dados consolidados. Começando pela edição de 2019 “TIC Governo Eletrônico”, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil ², (Brasil, 2019), no recorte denominado “contato pela internet” o objetivo é avaliar a efetividade da forma de contato disponibilizado aos usuários pelos websites dos órgãos públicos. Os dados demonstram, mesmo com toda a potencialidade comunicacional das plataformas digitais, claramente a inércia e a ausência de uma ação contundente na gestão eletrônica brasileira que proporcione a interatividade desejada entre cidadão e Estado, vejamos alguns aspectos: atendimento on-line em tempo real como chats apenas 8% dos órgãos federais e 5% dos órgãos estaduais disponibilizam este serviço. Poder-se-ia questionar, do lado do Estado, o gasto com pessoal para concretizar um canal mais humano e interativo. Entretanto, mesmo no atendimento automatizado, com assistente virtual ou chatbots o projeto concebido representa inexpressivos 9% de serviços oferecidos pelos órgãos federais e 6% dos estaduais. A falta de uma comunicação real que seja de mão dupla e não apenas uma difusão de informações de via única por parte dos governos federal e estaduais torna-se perceptível em detrimento do cerceamento de interatividade, em grande parte arquitetado pelos gestores públicos, distanciando das legítimas possibilidades fluidas de conectividade, das plataformas digitais, os contribuintes brasileiros.

O relatório Digital in 2019³ expõe as contradições dos números e as potencialidades das ações, o que já é de conhecimento público, 66% da população brasileira é usuária das redes sociais. Essa porcentagem representa mais de 140 milhões de usuários ativos, tornando o Brasil um dos maiores entre as redes sociais. Estes dígitos só tendem a crescer uma vez comparados aos diversos países no estudo: Inglaterra, Itália, Estados Unidos, França, Alemanha, China entre outros o Brasil foi um dos países com maior acréscimo de novos usuários, mais de 10 milhões. No entanto, paradoxalmente, a TIC (BRASIL, 2019) reforça a obviedade do Estado brasileiro em não ser efetivo no e-gov quanto aos atendimentos em redes sociais: o serviço de chats em tempo real nos órgãos federais representam apenas 14% da possibilidade de comunicabilidade e 19% nos órgãos estaduais. Ainda em relação as redes sociais, o atendimento automatizado com assistente virtual ou chatbots representam 10% da forma de contato em órgãos federais e 9% nos estaduais.

Na pesquisa “Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC no Brasil ” realizada em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), evidenciou que a principal finalidade do uso da Internet no país é a troca de mensagens, sendo que a maioria dos usuários fazem isso pelas redes sociais. Enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens, significou para 95,5% dos respondentes o principal motivo para utilização da Internet. Na sequência, chamadas de voz ou vídeo foi apontada por 83,8% dos entrevistados, vindo logo em seguida assistir a vídeos, 81,8% e, por último, enviar ou receber e-mail 66,1% (IBGE, 2017).

² Comitê Gestor da Internet no Brasil: criado por meio do Decreto nº 4.829, de 3 de setembro de 2003, a fim de estabelecer diretrizes estratégicas relativas ao desenvolvimento da internet no país; instituir diretrizes para organização das relações entre Governo e cidadão, propor programas de pesquisas e desenvolvimento ligados à Internet; entre outros pontos.

³ O relatório Digital in 2019, da We Are Social e da Hootsuite, apresenta dados atualizados sobre temas digitais em todo o mundo, desde a penetração da internet até o uso de smartphones e mídias sociais.

Os dados apresentados sobre o uso da “Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC” no Brasil em 2017, indica questões relativas ao acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. A pesquisa foi realizada por amostras de domicílios contínua e o IBGE é o principal provedor de dados e informações do país, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

A pesquisa 2020 da 31ª edição da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP)⁴ define 234 milhões de celulares inteligentes, smartphones, em uso tornando o dispositivo multimídia mais consumido no país. Em relação à quantidade de smartphone, a pesquisa aponta que permanece com mais de um por habitante. Ao adicionar notebooks e tablets, são 342 milhões de dispositivos portáteis em junho 2020, ou seja, 1,6 dispositivo portátil por habitante. Através dos resultados divulgados, a quantidade de smartphones em utilização, também nos traz um dimensionamento da importância desta tecnologia.

A pesquisa IBGE 2017, reforça a importância social que o celular tem na sociedade brasileira como instrumento de informação e comunicação na atualidade. Denotando o equipamento mais utilizado para o acesso à Internet no país. Em 98,7% dos domicílios com acesso à Internet, o telefone móvel celular era utilizado para este fim. Em seguida, estavam os microcomputadores 52,3%. A televisão foi indicada em 16,1% dos domicílios com acesso à Internet, e o tablet em 15,5%. O que traz relevância, a estes dados, são os aspectos da potencialidade da utilização de ferramentas web na integração do poder público junto a sociedade. Ou seja, do que já poderia ter sido implementado e disponibilizado contrastando com atual realidade.

Contudo, Urupá (2019), entre muitos estudiosos, ao analisar em artigo políticas públicas no domínio da comunicação e tecnologia lembra que uma das características do Estado brasileiro é a de não proporcionar a acessibilidade de qualidade para grande parte da população.

A análise de alguns dados sobre o governo eletrônico nos municípios reforça uma espécie de concessão sobre a forma de políticas adotadas com base nas diretrizes da “Nova Gestão Pública”. De acordo com a edição TIC de 2019, mesmo com a extensão territorial e as distâncias geográficas, a pesquisa indica que todas as prefeituras, 100%, possuem acesso à Internet não sendo apontada nenhuma, em qualquer cidade, que esteja fora da web. Valendo ressaltar que 73% do total destas possuem conexão por fibra ótica e apenas 3% possuem conexão discada. As demais conexões apresentadas em percentuais no âmbito das prefeituras no estudo são: via cabo, rádio, DSL, modem 3G ou 4G e satélite. Entre o tipo de serviço disponibilizado no website pelas prefeituras brasileiras destaco o mais oferecido que é o de download de documentos ou formulários, sobretudo para pagamento de taxas e impostos com cerca de mais de 80% de acesso entre os usuários. Entre as ferramentas menos disponibilizadas nos sítios das prefeituras estão: realização de agendamentos para consultas médico-hospitalares, atendimentos, serviços, entre outros que seriam de maior necessidade para os cidadãos com um percentual entorno dos 20%. O que demonstra, por um lado, a efetividade de disponibilização de ferramentas digitais no recolhimento de tributos financeiros e formulários processuais burocráticos para os seus munícipes em comparação a outros serviços bastante limitados nas páginas da internet. Valendo remarcar que estes números e ações são bem similares as iniciativas de governo digital em âmbitos federal e estadual.

Não obstante aos dados atuais, pesquisas anteriores reforçam um padrão já estabelecido na forma de aplicação das políticas eletrônicas no país, vejamos: órgãos públicos federais e estaduais que possuíam website em 2015 apenas 30% deles declararam que disponibilizavam on-line, de forma plena, os serviços mais demandados pelos cidadãos; 37% disponibilizavam tais serviços parcialmente

⁴ Esta pesquisa faz parte do Fórum de Informações permanente sobre o uso de TI – Tecnologia de Informação para conhecer e estudar a situação das empresas e organizações brasileiras.

e 33% não ofereciam os serviços mais procurados ou não responderam a esse componente da pesquisa (Brasil, 2015).

Outro aspecto abordado em 2015 foi a avaliação da forma de participação do cidadão pela internet junto a órgãos federais e estaduais. Mesmo com mais de 90% dos órgãos públicos federais e estaduais disponibilizando websites, os números demonstravam que esses sítios eletrônicos tinham, em 2015, um baixíssimo percentual de utilização de ferramentas que poderiam promover maior interatividade com o cidadão, como consultas públicas on-line 17%, enquetes 18%, comunidades ou fóruns de discussões pela internet 14% e votações on-line 7% e na evolução comparativa aos dias atuais os números praticamente permaneceram estagnados.

Outro dado relevante se comparamos a pesquisas anteriores a TIC Governo Eletrônico 2015 revelou ainda dados importantes sobre a utilização de aplicativos para dispositivos móveis por órgãos públicos. Segundo a pesquisa, mesmo diante do fato do telefone celular ter ultrapassado o computador como ferramenta mais utilizada para o acesso à internet, já naquele ano, apenas 21% dos órgãos públicos pesquisados ofereciam aplicativos para dispositivos móveis e apenas 42% disponibilizavam websites adaptados para tais dispositivos. A pesquisa concluiu ainda que, entre os cidadãos que utilizavam internet somente via celular ou tablet, a proporção dos que realizavam atividades on-line relativas a e-gov era menor do que a daqueles que acessavam a rede também por computadores. A pesquisa TIC 2019 traz um novo componente sobre serviços para celulares que é o envio de SMS para o cidadão por órgãos federais e estadual. Ao aferir este serviço, ou melhor dizendo a falta deste, verifica-se que em 83% dos órgãos federais e 79% dos estaduais não oferecem essa possibilidade (Brasil, 2019). O que contradiz com a marca, segundo a FGV, de que 90% dos aparelhos usados para conexão com a internet em nosso país são smartphones. Mais do que isso, o instituto aponta para as mudanças que esse tipo de dispositivo está operando na sociedade, principalmente em relação ao comportamento digital e à criação de novos modelos de negócios baseados em aplicativos e tecnologias móveis (FGV, 2020).

4. Conclusão

A investigação destes dados, em ambos os países que fazem parte da Ibero América, são importantes elementos no entendimento do foco das políticas de governo eletrônico e e-participation, a fim de verificar como está sendo aplicada e utilizada as ferramentas tecnológicas.

Segundo Ruediger (2002), não se pode negar os desdobramentos positivos que a disponibilização de serviços digitais representa do ponto de vista de uma melhora no desempenho governamental com algumas repercussões positivas para a população. Observa-se aqui, no entanto, que mesmo com a regularidade no uso de tecnologia para a publicação de informações online e a oferta de serviços públicos, contribuindo para impactar na melhoria em rankings de Governo Digital, isto não reflete necessariamente em maior participação social por meio das plataformas digitais dos governos.

Neste sentido, a partir dos dados apresentados neste recorte analítico, o governo eletrônico é uma necessidade de gestão pública e não necessariamente de comunicação cidadã interativa, tanto no Brasil quanto em Portugal.

Por conseguinte, cada vez mais a população busca por esses serviços. Sobretudo neste momento da pandemia de covid, que está acelerando a ampliação do Estado digital. E o uso crescente da internet e de tecnologias digitais cria um espaço em evolução aos indivíduos em rede.

5. Referências Bibliográficas

BILHIM, J. A. F. e Neves, B. B. (2007). “O Governo electrónico em Portugal: O caso das cidades e regiões digitais”. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), Universidade Técnica de Lisboa. https://apdsi.pt/uploads/news/id546/3.8_joao%20bilhim%20+%20barbara. Acesso em: 22 de mar. 2022.

BRASIL. Presidência da República (2011). Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso à informação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 10 out. 2016.

BRASIL. Controladoria Geral Da União (2014). 3º Relatório Anual sobre a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) no âmbito do Poder Executivo Federal. 2014. Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/relatorio_3anos_web.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Centro de TIC Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (2015). Panorama setorial da internet BRASIL. Acesso à internet no Brasil: desafios para conectar toda a população. 2015. Disponível em: de http://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/6/Panorama_Setorial_11.pdf> Acesso em 22 de março de 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (2017). Panorama Setorial da Internet. Acesso à Internet no Brasil: desafios para conectar toda a população. Universalização do acesso, v. 8. n. 1. Brasil, 2017. Disponível em: <http://cetic.br/media/docs/publicacoes/6/Panorama_Setorial_11.pdf>. Acesso em: 20 abril. 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Centro de TIC Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação. Panorama setorial da internet – Acesso à internet no Brasil: desafios para conectar toda a população. 2019. Disponível em: de <https://cetic.br/pesquisa/governo-eletronico/>> Acesso em 03 de janeiro de 2020.

BRASIL. Ministério da Economia (2019). Transformação Digital. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/maio/governo-atinge-marca-de-700-servicos-digitalizados-em-17-meses-e-dobra-numero-de-acessos> Acesso em junho de 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2002). Reforma da nova gestão pública: agora na agenda da América Latina, no entanto... Revista do Serviço Público, v 53, n. 1, jan./mar. 2002. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/278>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

BRITO, I (2006). Política da Qualidade: Gestão de Pequenas e Médias Empresas. Apostila Universidade Salgado de Oliveira. Rio de Janeiro, Brasil: UNSO, 2006.

CASTELLS, M. (2003) A Galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.

COMISSÃO EUROPÉIA (2021) Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade (IDES)..Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_21_5481. Acesso em: fevereiro 2022.

COMISSÃO EUROPÉIA (2020) Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade (IDES).Disponível em:https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/qanda_20_1022. Acesso em: fevereiro 2022.

COMISSÃO EUROPÉIA (2018). eGovernment Factsheets. Disponível em: <https://joinup.ec.europa.eu/collection/nifo-national-interoperability-framework-observatory/egovernment-factsheets-2018> .Acesso em: fevereiro 2022.

DASSO JÚNIOR, Aragon (2014). Nova Gestão Pública (NGP): a Teoria de Administração Pública do Estado Ultraliberal", apresentado no XXIII Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito no Brasil (CONPEDI), realizado em Florianópolis– SC, de 30 de abril a 02 de maio de 2014. <https://docplayer.com.br/19324106-Nova-gestao-publica-ngp-a-teoria-de-administracao-publica-do-estado-ultraliberal.html>. Acesso em: 2 de maio de 2019.

DIAS, R. (2012) Governo eletrônico: ferramenta democrática ou instrumento do neoliberalismo? En. Revista Tecnologia e Sociedade - 2ª Edição. ISSN (versão online): 1984-3526 <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2593>. Acesso em: Setembro de 2019.

Digital in (2019). We are social. Disponível em: <https://wearesocial.com/global-digital-report-2019> . Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

EXAME (2011) O jeito certo de cortar gastos públicos exagerados. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/o-jeito-certo-de-cortar/> Acesso em: Setembro de 2019.

FGV (2020) 31ª Pesquisa Anual de Administração e Uso de Tecnologia da Informação nas Empresas, realizada pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP). <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/maio/governo-atinge-marca-de-700-servicos-digitalizados-em-17-meses-e-dobra-numero-de-acessos> . Acesso em 10 de junho de 2020.

FRANCO, L (2014) Participação digital e governo eletrônico abertura para qual cidadania?. Revista Brasileira de Administração Científica, 5(2), out. 2014. p. 214-225.

INSTITUTO BRASILEIRO E GEOGRÁFICO (IBGE) (2017). Uso da internet, televisão e celular no Brasil. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html#subtitulo-1> Acesso em: março de 2020.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2020). Sociedade da Informação e do Conhecimento - Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Famílias 2020.Portugal. Disponível em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=415621509&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt#:~:text=Portal%20do%20INE&text=Em%202020%2C%2084%2C5%25,em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20ano%20anterior.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2019). Sociedade da Informação e do Conhecimento - Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Famílias 2019. Portugal Disponível em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=354447559&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

LÉVY, Pierre (2010). O futuro da internet: em direção a uma cibercultura. São Paulo: Paulus.

LOPES, Cristiano Aguiar (2007). Acesso à informação pública para a melhoria da qualidade dos gastos públicos: literatura, evidências empíricas e o caso brasileiro. Caderno de Finanças Públicas, Brasília, n. 8, p. 5-40, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/biblioteca/cadernos-de-financas-publicas-1/arquivo.2013-04-18.4951615613>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

MARTINS, Daniel et al. (2008) Conceitos de Governo Eletrônico e Governança Eletrônica: Confrontação e Complementaridade. Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração (ENANPAD), 26, Salvador-BA, 12 a 14 de novembro de 2008. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnAPG305.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2022.

MELO, Carlos Miguel Amorim (2018) e-fatura – A reforma digital da AT. Implicações no crescimento da receita fiscal. Dissertação apresentada no âmbito do mestrado para obtenção do Grau de Mestre em Gestão Fiscal no ISG – Instituto Superior de Gestão, Lisboa, 2018. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/24270/1/Efatura%20e2%80%9320A%20reforma%20digital%20da%20AT%20%20Implica%20c3%a7%20c3%b5es%20no%20crescimento%20da%20receita%20fiscal.pdf>. Acesso em: março 2021.

MOURA, R. (2013) Configurações espaciais na metropolização brasileira. Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, n. 4, 2013. p. 29-39, Disponível em: http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/013/original/emetropolis_n13.pdf?1447896342 Acesso em: março 2018.

O GLOBO (2018). Brasília abriga empresas tecnológicas de fachada que desviam milhões do governo. Recuperado de: <https://oglobo.globo.com/brasil/brasil-abriga-empresas-tecnologicas-de-fachada-que-desviam-milhoes-do-governo-22956710> Acesso em: março 2020

OKOT-UMA, R. (2001) Electronic Governance: Re-inventing Good Governance. Londres: Commonwealth Secretariat London.

ONU (2010) Relatório da ONU sobre e-government. UN E-Government. Disponível em : <<http://ninasantos.com.br/mundoutro/2010/09/relatorio-da-onu-sobre-e-government/>> Acesso em: março 2017

ONU (2018). Relatório da ONU sobre e-government. UN E-Government. Disponível : <https://publicadministration.un.org/publications/content/PDFs/UN%20EGovernment%20Survey%202018%20Portuguese.pdf> Acesso em: março 2019

PIANA, Ricardo Sebastián (2007). Gobierno Electrónico: governo, tecnologias y reformas. La Plata: Univ. Nacional de La Plata, 2007. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7330/1/S1100145_es.pdf> . Acesso em: 15 dez. 2016.

PORTUGAL (1976). Constituição da República Portuguesa.

PORTUGAL (1993). Lei nº 65/93, de 26 de agosto de 1993. Lei do Acesso aos Documentos Administrativos, (LADA) 1993. Diário da República –Série –A, p. 4524.

PORTUGAL (2007). Lei nº 46/2007, de 24 de agosto de 2007. Regula o acesso a documentos administrativos e sua reutilização, 2007. Diário da República –Série, p. 5680. Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) <http://www.cada.pt>

PORTUGAL (2016). Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto. Aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro.

RUEDIGER, Marco Aurélio (2002). Governo Eletrônico e Democracia – Uma Análise Preliminar dos Impactos e Potencialidades na Gestão Pública. Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração (ENANPAD), 26, Salvador-BA, 22 a 25 de setembro de 2002.

SAPO. Estado poupa 190 milhões com o Simplex. 2020. Disponível em: <https://sol.sapo.pt/artigo/703093/estado-poupa-190-milhoes-com-o-simplex> Acesso em: abril 2022.

SOUSA, Janara et al. (2015) A Lei de Acesso à Informação no Brasil, Portugal e Espanha: uso da internet, transparência e cidadania. Revista Electrónica Razón y Palabra, Cuba, Número 92 Diciembre 2015 – marzo 2016. Disponível em: http://www.razonypalabra.org.mx/N/N92/Varia/20_SousaGeraldес_V92.pdf Acesso em: março 2022.

TERRA ONLINE (2020) Orçamento do emetic tem alta de 6,2%. Disponível em: <http://www.telesintese.com.br/proposta-de-orcamento-do-mctic-para-2020-tem-alta-de-62/> Acesso em: março 2020

Transparência Internacional (2020). Perguntar não ofende. Disponível em: <https://transparencia.pt/perguntar-nao-ofende/> Acesso em: fevereiro 2022.

TSF (2019). Revalidar a carta de condução ou alterar a morada? O Sigma promete ajudar. Disponível em: <https://www.tsf.pt/economia/novo-portal-do-cidadao-quer-um-milhao-de-utilizadores-e-tem-assistente-virtual-10574076.html> Acesso em: fevereiro 2022.

URUPÁ, Marcos Francisco (2019). A EPC como referencial teórico-metodológico na análise de políticas públicas de banda larga Revista Eptic vol.21, n.2, mai-ago. 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epic/article/view/11498> Acesso em 15 de abril de 2020.

Knowledge Organization System and Post-Disciplinarity: Climate Change and COVID-19 in the context of the 2030 Agenda

*Sistema de Organização do Conhecimento e Pós-disciplinaridade:
Mudanças Climáticas e COVID-19
no contexto da Agenda 2030*

Marcos Gonçalves Ramos

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Brasil
marcosgon54@hotmail.com

Priscila Ramos Carvalho

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Brasil
carvalho.priscila@gmail.com

Rosali Fernandez de Souza

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Brasil
rosali@ibict.br

Abstract

The study was inspired by the theoretical approaches of Beghtol, Buckland, Kleinberg, and Hjørland to discuss knowledge representation on Climate Change and COVID-19 in the context of Agenda 2030. This exploratory research was based on bibliometric methods through VOSviewer and CitNetexplorer tools to analyze the terms Climate Change and COVID-19, in the databases Scopus, Web of Science, and Dimensions, in the period 2019-2020. Approaches 7 and 8 of domain analysis were used to discuss the knowledge of disciplinarity and to identify the emergence of domains. Data collected from Brazil National Council for Scientific and Technological Development, in the Lattes Platform and Directory of Research Groups, were added for analysis purposes. The conclusion pointed out that Climate Change and COVID-19 can be considered emerging domains, suggesting a possible post-disciplinary model. The 2030 Agenda reinforces the importance of international cooperation and a commitment to exchange information on scientific communities and other communities that discuss sustainable solutions to global problems such as Climate Change and COVID-19.

Keywords: Climate Change. COVID-19. Domain Analysis. Post-disciplinarity. Agenda 2030.

Resumo

O estudo foi inspirado nas abordagens teóricas de Beghtol, Buckland, Kleinberg e Hjørland para discutir a representação do conhecimento sobre Mudanças Climáticas e COVID-19 no contexto da Agenda 2030. Esta pesquisa exploratória foi baseada em métodos bibliométricos por meio das ferramentas VOSviewer e CitNetexplorer para analisar os termos Climate Change e COVID-19, nas bases de dados Scopus, Web of Science e Dimensions, no período 2019-2020. As abordagens 7 e 8 da análise de domínios foram utilizadas para discutir o conhecimento da disciplinaridade e identificar a emergência de domínios. Dados coletados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil, na Plataforma Lattes e Diretório de Grupos de Pesquisa, foram adicionados para fins de análise. A conclusão apontou que Mudanças Climáticas e COVID-19 podem ser considerados domínios emergentes, sugerindo um possível modelo pós-disciplinar. A Agenda 2030 reforça a importância da cooperação internacional e o compromisso de trocar informações sobre comunidades científicas e outras comunidades que discutem soluções sustentáveis para problemas globais como Mudanças Climáticas e COVID-19.

Palavras-chave: Mudança Climática. COVID-19. Análise de Domínio. Pós-disciplinaridade. Agenda 2030.

1. Introduction

In the view of global sustainability, Agenda 2030 is made up of 193 signatory countries of the declaration for the accomplishment of 17 Sustainable Development Goals (SDG) comprising about 169 measures and 231 macroeconomic and social indicators. Three SDG of Agenda proposals demonstrate the scope of Climate Change as well as reinforce the importance of sustainable actions among governments, researchers, and the general public.

In face of the global risks, it is worth mentioning that SDG 13 “Take urgent action to combat climate change and its impacts”, SDG 14 “Conserve and sustainably use the oceans, seas, and marine resources for sustainable development”, and SDG 15 “Protect, restore and promote sustainable use of terrestrial ecosystems, sustainably manage forests, combat desertification, and halt and reverse land degradation and halt biodiversity loss.”

Regarding Climate Change effects and the global health emergency caused by COVID-19, information research systems face a double challenge of variability data and crossing data from different sources to represent the complexity of climate phenomena and their effects on society from regional to global levels. Besides, those challenges may also indicate a shift towards post-disciplinary knowledge production in terms of the convergence of knowledge of disciplines from areas such as Human, Social, and Health Sciences, merging closer to Environmental Sciences.

The convergence of ecology, climatology, and sustainable sciences suggests the need for studies on technical aspects of cross-data assessment and data analysis from different sources. The 17 SDGs bring out the need for the construction of sustainable knowledge systems that demand a complex sociotechnical architecture for the communication of scientific information. This architecture would support the collaboration of different epistemic communities. Contemporary sciences are immersed in a global information framework that goes beyond the epistemic limits of different disciplines in the direction of the open horizon of relational knowledge. It implies that the more we exchange data.

The Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) is an example of a collaborative research project, and the results are available in interactive maps that facilitate the public understanding of the increasing risk of disasters caused by Climate Change on its economic, social, and environmental impacts. IPCC Annual Reports demonstrate the importance of the researcher’s collaboration from several countries through research data platforms that would benefit the modeling of climate behavior, temperature range, oceanographic activities, and other phenomena.

Despite the evidence about Climate Change effects, Giddens (2008) identified that the debate on Climate Change was segmented by specialized sectors and without a defined plan of governance. The author raised the importance of integration between government, research entities, and industry through a public platform to discuss political and economic aspects of the relation between industry and the environment.

In the context of Agenda 2030, Climate Change and COVID-19 demonstrate the emergence of a complex phenomenon that pervades social, economic, and cultural impacts that suggest new arrangements of knowledge organization and representation of information.

These contemporary themes motivated us to reflect on how scientific knowledge is connected in a

global information framework going beyond the epistemic limits of different disciplines and in the direction of the open horizon of relational knowledge.

In this perspective, the present work aims to analyze knowledge representation issues in the information retrieval process of Climate Change and COVID-19 from a sample of bibliographic data collected in three databases namely, Scopus, Web of Science, and Dimensions.

This paper is an exploratory study on post-disciplinary knowledge organization inspired by theoretical approaches and contributions to classification systems (BEGHTOL, 1998); the concept of digital object (BUCKLAND, 2012); and integrative levels and complexity of knowledge (KLEINBERG, 2017).

2. Theoretical contribution of this investigation

Scientific knowledge organized by disciplines is discussed by Beghtol (1998) who distinguishes Bibliographic Classification Systems (BCS) from Special Classification Systems (SCS). Beghtol argues that:

[...] the intellectual province of general bibliographic classification systems is the whole universe of knowledge, and this domain has habitually been analyzed into classes and subclasses on the basis of the academic disciplines. [...] The first problem that arises is that disciplines are not mutually exclusive. For example, human beings may be studied from different perspectives (e.g., biological, chemical, psychological, spiritual) and each of these disciplinary standpoints overlaps the others. If we group the disciplines into the three commonly acknowledged disciplinary areas of science, social science, and the humanities, the same predicament of non-mutual exclusivity may be discerned (BEGHTOL, 1998, p. 2).

The author concludes that:

[...] the next century of classification theory, practice, and research will need to react rapidly to multidisciplinary literary warrant and to build responsiveness to different discourse communities into the concept of consensus. In order to promote intellectual exchange, research, and education that, in the electronic environment, are not limited by time, place, or a static discourse community, basic research is needed on structural principles and creative design criteria for classification systems (BEGHTOL, 1998, p.9).

Beghtol (1998) considers that classification systems should be in accordance with different discourse communities. In this sense, the present problems, and disputes regarding the impact of Climate Change and COVID-19 would be classified and indexed in almost all areas of knowledge and disciplines, which points out the modern structure of knowledge.

From a semantic point of view, Hjørland indicates that when documents are merged into large databases, implicit information from previous contexts is lost:

The greater the degree of merging, the greater the loss of implicit information. Systems of Knowledge Organization Systems (KOS) must be developed to deal with this loss of implicit information by making it explicit through the semantics of databases (HJØRLAND, 2002, p.445).

In view of domain analysis, Hjørland (2002) suggests that semantic distances among terms, genres of documents, and epistemic communities contribute to improving information systems

integration. Gramini (2020) alerts that information systems and scientific communication are difficult to access for the average public, which implies not understanding the phenomena of Climate Change and COVID-19.

Fuentes et al. (2020) consider Climate Change and the COVID-19 as global emergencies that involve transnational agencies in terms of the application of resources, the need for incentives for research projects and international cooperation, as well as the exchange of data and information. However, in terms of governance policies, the authors emphasize that decision-making agents have different risk perceptions about those phenomena, this situation brings more difficulties to find solutions.

Funtowicz and Ravetz (1994) propose a post-normal science organization. Considering the social and cultural aspects of Climate Change, Hulme (2009) criticizes the disciplinary perspective of scientific knowledge separated by areas that they don't talk to each other. In this sense, Ravetz (1995) and Hulme (2009) admit the need for a convergence of Exact and Earth Sciences with Human and Social Sciences. Hence, the complexity of Climate Change phenomena should include the perception of climate in different cultures.

The relationships between the ontologies of physical, biological, and human phenomena lead to reflection on systems theory and its importance for the organization of knowledge. In this logic, Climate Change and COVID-19 involve global cooperation that demands the implementation of the Current Research Information Systems (CRIS). In the modern Information Society Technologies world, Asserson and Jeffery (2009) explain that CRIS:

[...] provides networking anywhere with superposed services for research these services include access to research facilities, support of the research project proposal process, access to the research outputs (products, patents, publications) and support (information and processes) for the researcher, research manager, policymaker, research funder, innovator/entrepreneur and media specialist in their day-to-day work (ASSERSON, JEFFERY, 2009, p.43).

One of the main aspects of CRIS is the interoperability between heterogeneous informational systems, in identifying research activities in the most varied organizations in the world.

The concept of the digital object by Buckland (2012) is a key concept in terms of the design of modern information systems, no more restricted to document retrieval process but for tackling the search to find solutions to actual problems. Boldrini et al. (2014), as an example, discuss complex information systems for modeling data about climate phenomena. The authors comment on large planet infrastructure like Global Earth Observation System of Systems (GEOSS); European Infrastructure for Spatial Information in the European Community (INSPIRE); and Environment Ontology (ENVO).

These computational systems promote geoformulas that establish practices and symbolic powers in terms of climate representation synthesized under geometrics formulas (ELDEN, 2013; EDWARDS, 2010). Regarding global complex systems, Hulme (2013) criticizes the reduction of climate events considered through statistical analysis, regardless of the cultural aspects.

The information representation about Climate Change and COVID-19 suggests these terms as nomad concepts since they cross different epistemic communities, academic disciplines, and

domains of knowledge. In the holistic perspective of knowledge, Bogdan et al. (2014) give an example of the emergence of nomad concepts like Bioeconomy and Ecoeconomy, both theories contribute to the Bio-eco-geoecology concept.

In terms of complexity sciences, Kleinberg (2017) highlights the genetics studies that come close to the theory of integrative levels compared to the complexity of organic and inorganic systems, which was proposed in the essay by Feibleman (1954) and Foskett (1978).

The comprehensiveness of Climate Change and COVID-19 themes reinforces the importance of the theory of integrative levels to new classification systems. Gnoli (2008), Keshet (2011), and Kleinberg (2017) discuss the interaction of natural, cultural, and social phenomena in the material and mental world of human beings.

In the way of complex systems, Climate Change and COVID-19 may be compared as “the hypertext”. Therefore, terms, keywords, and concepts are “deterritorialized” or “nomads”, which are terms borrowed from the epistemological field of complexity and chaos theory, originally applied to the concept of hypertext, according to Clément (2000) who defines an open system as:

[...] a system whose existence and structure depend on an external energy (such as the flame of a candle or the eddies of a river around the wharf of a bridge). In the case of living systems, this food is not only material or energetic, but also organizational and informational (CLEMENT, 2000, p. 55).

Concerning open systems, VOSviewer as a computational tool, may deal with concepts, terms, and keywords through semantic correlations and make possible the visualization of similarities (VOS) of informational items or concepts (WALTMAN; VAN ECK, 2013), like Climate Change and COVID-19.

3. Methodology

This study is based on two approaches: a quantitative analysis through scientometrics and a qualitative approach from domain analysis. Both analyses may help to identify new domains of knowledge and possible post-disciplinary arrangements.

“Scientometrics is the measurement of scientific communication, while bibliometrics deals with more general information processes” (PATRA et al., 2006, p. 27). This method is part of the Sociology of Science and involves the study of the quantitative aspects of science as a discipline or economic activity, being used in the formulation of scientific policies. Scientometrics quantitative studies also include bibliometrics analyses (JACOBS, 2010).

From the quantitative perspective, this empirical study collected data from three international databases: Scopus, Web of Science, and Dimensions, from 2019 to 2020, in November 2020. The query search expression “Climate Change” AND “COVID-19” retrieved 378 documents from Scopus, 423 from Web of Science, and 775 from Dimensions.

VOSviewer, developed by Van Eck and Waltman, was used to analyze networks of co-occurrence of keywords from titles, abstracts, and keywords from Web of Science samples. Data mining allows the construction and visualization of bibliometric networks, based on distance, in three modalities: label (standard), density, and dispersion (VAN ECK; WALTMAN, 2010). It is worth explaining that

bibliometric networks are composed of nodes and edges. The nodes can be, for example, publications, journals, researchers, or keywords. The edges indicate the relationships between pairs of nodes, in addition to the strength of the relationship. In the network, the largest nodes show the highest occurrence of a keyword, the colors represent the clusters, and the lines indicate the relationship of the keywords (VAN ECK; WALTMAN, 2014a).

In VOSviewer, the general procedures applied were: 1) creation of a bibliometric map; 2) keyword co-occurrence analysis; 3) treatment of words through the thesaurus to deduplicate terms and lemmatization; 4) full counting process identified 3651 keywords; 5) use of 8 occurrences to generate the graph (123 keywords).

CitNetExplorer was selected to build and visualize the citation network with data from Web of Science. This tool was based on Garfield's work in algorithmic historiography and the software HistCite. Compared to it, CitNetExplorer can handle larger citation networks, including millions of publications and citation relationships (VAN ECK; WALTMAN, 2014 b).

In this experimental analysis, the core (projects, people, and organizations) of the Common European Research Information Format (CERIF) was considered as referring model to identify “author, affiliation, country, and journal title” related to the most cited authors, aligned with the two FAIR principles – Findability and Accessibility (WILKINSON et al., 2016). Figure 1 demonstrates the three main layers that compounds the diversity of agents in the production, communication, and accountability of current scientific research which represents CERIF model.

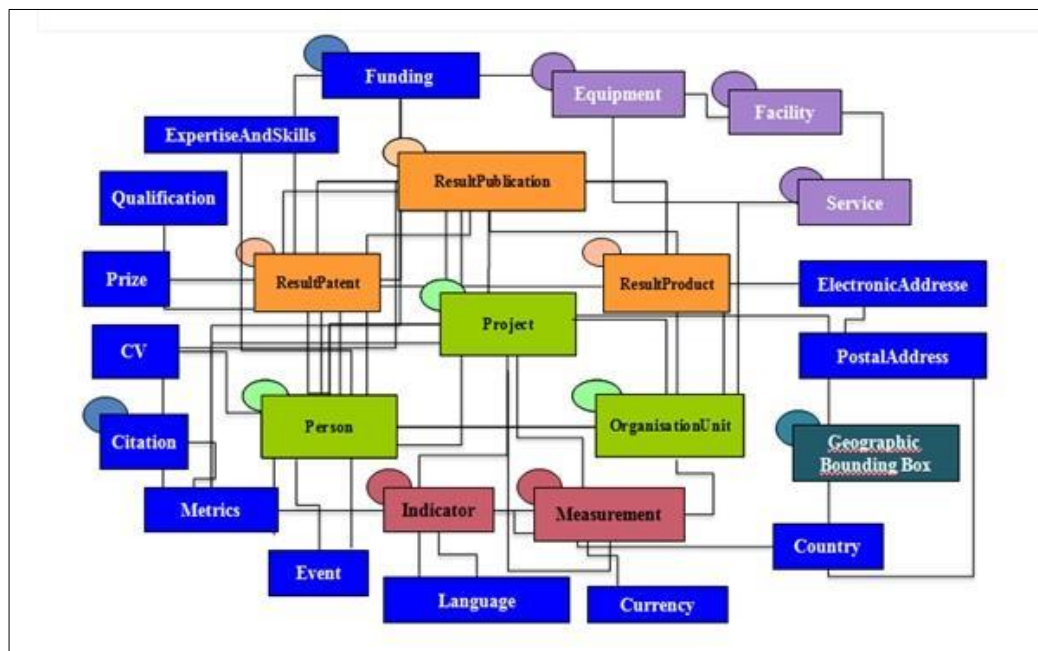


Figure 1 - CERIF

In the qualitative part, among the eleven-domain analysis suggested by Hjørland (2002), the following ones were chosen: approach 7, which encompasses the studies of documents and genres in knowledge domains, as well as approach 8, which comprises epistemological and critics of different paradigms, assumptions, and interests in domains. Furthermore, the literature review contributed and highlighted the concept of complexity and post-normal science (FUNTOWICZ;

RAVETZ, 1994) in the context of the 2030 Agenda and disciplinarity of knowledge.

The exploratory study was divided into five stages: 1) Identify and compare the most cited authors; 2) Identify and compare keywords; 3) Analyze keyword co-occurrence; 4) Analyze citation network; 3) Identify and compare subject areas; 4) Identify and compare the items “projects, people and organizations”; 5) Identify Research Groups in the database of CNPq (name, research line, and keywords); 6) Curricula search on the Lattes Platform (default search by subject); 7) Compare the results from international databases with CNPq databases.

The Lattes Platform allows managing information on the scientific and academic achievements of students, professors, researchers, and professionals involved in science and technology working in Brazil based on the so-called Lattes Curriculum (MENA-CHALCO; CESAR JUNIOR, 2009). This platform is the main scientific research information system maintained by Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

4. Results and Discussion

The first step of the study was VOSviewer analysis from a sample retrieved on the Web of Science. Figure 2 represents the graph of clusters of terms and keywords in the domain “Climate Change and COVID-19”.

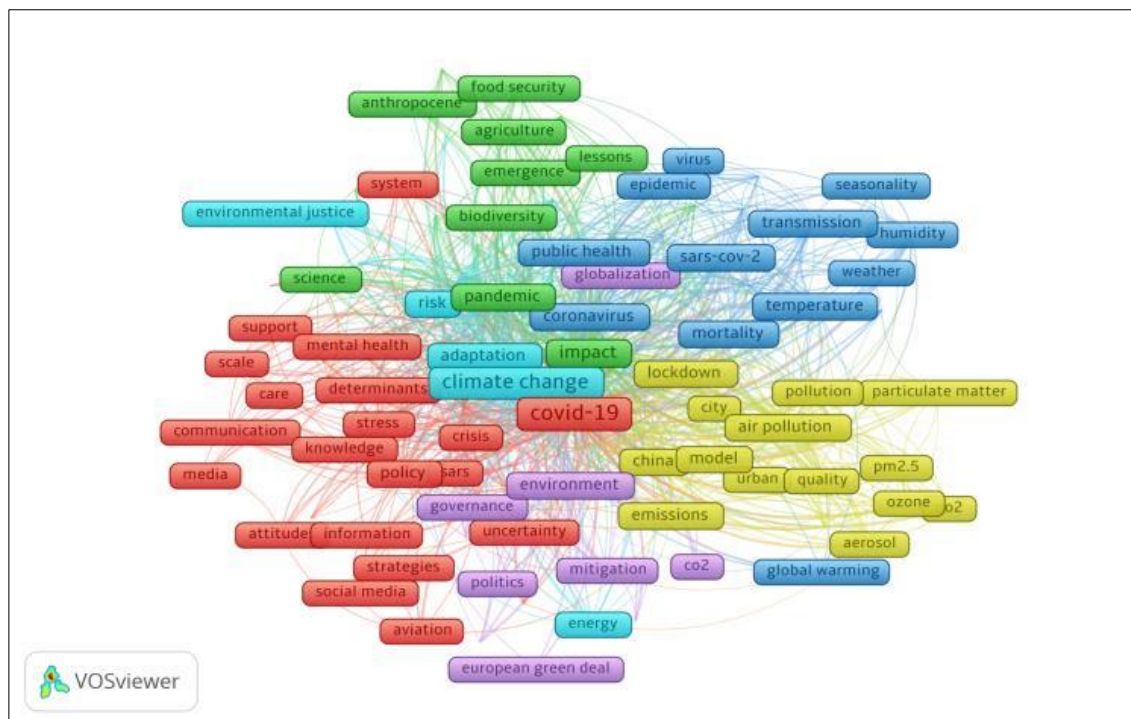


Figure 2 - Frequency Map and correlation of terms Climate Change and COVID-19 on Web of Science (2021).

The graph showed the centrality of the terms COVID-19 and Climate Change according to VOSviewer syntax. The other terms represented by different clusters signaled by labels with colors and sizes symbolize the approximation and distances between the terms, in relation to the

highlighted nucleus. It is worth noting that among the closest terms are impact, adaptation, lockdown, crisis, and stress.

In the second step, the data from the Web of Science were analyzed in the CitNetexplorer program for bibliographic coupling, as well as citation and co-citation analysis. Figure 3 demonstrates the network of authors who share the theme of Climate Change and COVID-19.

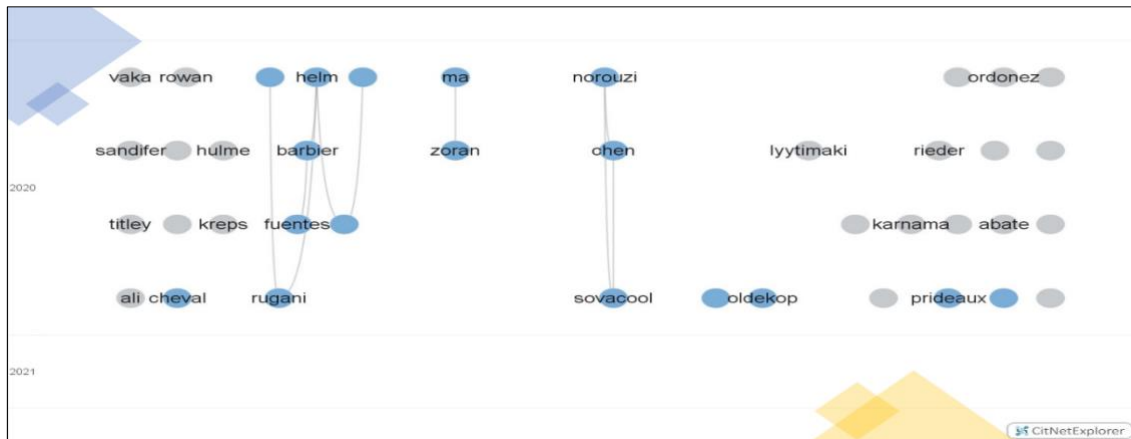


Figure 3 - Network of Climate Change and COVID-19 authors on the Web of Science (2021).

The graph in Figure 3 highlights four author groupings: 1) Helm, Barbier, Fuentes, and Rugani; 2) Ma and Zoran; 3) Norouzi, Ohen, and Savacool; 4) Cheval, Oldekop, and Prideaux.

In the third step, the data from the three international databases were processed in the VOSviewer program. A sample of the ten most-cited authors per base was analyzed to identify “people and organizations”, items of the CERIF nucleus, resulting in Tables 1, 2, and 3, below.

Table 1 - Result of the analysis of the authors most cited in Scopus.

Nº.	Author	Affiliation	Country	Journal Title
1	Gossling S.	Western Norway Research Institute	Norway	Journal of Sustainable Tourism
2	Markard J.	ETH Zurich	Switzerland	Sustainability: Science, Practice, and Policy
3	Rosenbloom D.	University of Toronto	Canada	Science
4	Zarazua by Rubens G.	Aarhus University	Denmark	Energy Research and Social Science
5	Bodrud-doza, Md.	Bangladesh Rural Advancement Committee	Bangladesh	Environmental Research
6	Rahman MM	Begum Rokeya University	Bangladesh	Frontiers in Public Health
7	Shammi M.	Jahangirnagar University	Bangladesh	Frontiers in Public Health
8	Higham J.	University of Otago	New Zealand	Journal of Travel Research
9	D'adamo I.	Sapienza University of Rome	Italy	Energy Policy
10	Meo AS	Army Medical College	Pakistan	Pakistan Journal of Medical Sciences

Reference: authors creation based on data retrieved from Scopus (2021).

In Scopus, three authors from Bangladesh were identified: Bodrud-Doza, Rahman, and Shammi. Two authors also appear in the Dimensions: Bodrud- Doza, and Rahman. Zarazua de Rubens from Denmark was spotted in Scopus and Web of Science, but with different name spellings. The most cited author was Stefan Gössling from the Western Norway Research Institute. Moreover, it was noted the diversity of organizations such as committees, research institutes, colleges, and universities.

It is interesting to observe the plurality of themes in the journal titles that refer to research areas such as: tourism, sustainability, environment, public health, energy, and social sciences, which demonstrates the interdisciplinarity scope of Climate Change and COVID-19.

Table 2 - Result of the analysis of the most cited authors in the Web of Science.

Nº.	Author	Affiliation	Country	Journal Title
1	Fu, Shihua	Lanzhou University	China	Science of the Total Environment
2	Hey Xiaotao	Lanzhou University	China	Science of the Total Environment
3	Liu, Jiangtao	Lanzhou University	China	Science of the Total Environment
4	Luo, Bin	Lanzhou University	China	Science of the Total Environment
5	Niu, Jingping	Lanzhou University	China	Science of the Total Environment
6	Wang, Bo	Lanzhou University	China	Science of the Total Environment
7	Yan, Jun	Lanzhou University	China	Science of the Total Environment
8	Zhou, Ji	Shanghai Meteorological Bureau	China	Science of the Total Environment
9	De Rubens, Gerardo Zarazua	Aarhus University	Denmark	Energy Research & Social Science
10	O'callaghan, Brian	University of Oxford	United Kingdom	Environmental & Resource Economics

Reference: author's creation based on data retrieved from Web of Science (2021).

On the Web of Science, eight of the ten most-cited authors were Chinese. Lanzhou University stood out in the highest position in organizations. It is worth pointing out that one of the most cited authors is affiliated with a meteorological agency (Shanghai Meteorological Bureau).

Regarding journal titles, the centrality of the environment theme is observed in two contexts: 1) the science of the total environment; 2) the correlation of the environment with the economy as well as the social sciences. In this case, it is evident the thematic complexity of Climate Change and COVID-19.

Table 3 - Result of the analysis of the most cited authors in the Dimensions.

Nº.	Author	Affiliation	Country	Journal Title
1	Bodrud-doza, Md	Bangladesh Rural Advancement Committee (BRAC)	Bangladesh	Asian Journal of Psychiatry
2	Rahman, Md Mostafizur	Jahangirnagar University	Bangladesh	Heliyon
3	Barello, Serena	Università Cattolica del Sacro Cuore	Italy	European Journal of Epidemiology
4	Bashir, Muhammad Farhan	Central South University	China	Air Quality, Atmosphere & Health
5	Djalante, Riyanti	United Nations University-Institute for the Advances Study of Sustainability (UNU-IAS)	Japan	Progress in Disaster Science
6	Flahault, Antoine	University of Geneva	Switzerland	International Journal of Environmental Research and Public Health
7	Galea, Sandro	Harvard Global Health Institute,	United States	Disaster Medicine and Public Health Preparedness
8	Graffigna, Guendalina	Università Cattolica del Sacro Cuore	Italy	Frontiers in Psychology
9	Haines, Andy	London School of Hygiene and Tropical Medicine	United Kingdom	Cardiovascular Research
10	Lelieveld, Jose	The Cyprus Institute/ Max Planck Institute for Chemistry	Cyprus / Germany	Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America

Reference: author's creation based on data retrieved from Dimensions (2021).

In Dimensions, the most cited author was Bodrud-Doza who is affiliated with the Bangladesh Rural Advancement Committee (BRAC), and who also appears in the fifth position in the Scopus ranking. Rahman is the second most cited in Dimensions and the sixth most cited in Scopus but is affiliated with different universities.

It was noted by the diversity of types of organizations, as well as locations in different countries in Europe, America, and Asia.

The interdisciplinarity of areas and fields of knowledge, such as Psychology, Psychiatry, Epidemiology, Public Health, Cardiovascular Research, Air Quality, Environmental Sciences, Atmosphere, and Health, was reflected in journal titles. The Heliyon is an example of an all-science journal.

The titles of the journals point to emerging themes, such as: Disaster Science and Disaster Medicine in Public Health, as well as Disaster Preparedness and Precaution Studies in the area of Sustainability.

In the fourth step, the most frequent terms (Table 4) and subject areas (Table 5) in each database were compared to analyze the concept of Climate Change and COVID-19 in their complexity as subjects and for representation of information.

Table 4 - Comparison of the main terms by frequency in the databases.

Nº.	SCOPUS	WEB OF SCIENCE	DIMENSIONS
1	Climate Change	Covid-19	cov (SARS-CoV-2)
2	Covid-19	Climate Change	Crisis
3	Pandemic	Coronavirus	Lockdown
4	Human	Pandemic	Patient
5	Coronavirus disease 2019	Policy	Transmission
6	Coronavirus infection	Sustainability	Challenge
7	Coronavirus Infections	Resilience	China
8	Viral pneumonia	Impact	March
9	Virus pneumonia	Risk	Period
10	Betacoronavirus	SARS-CoV-2	Need

Reference: authors creation based on data retrieved from databases (2021).

Regarding keywords, there were closer semantic relations of the terms retrieved in Scopus and Web of Science. In Dimensions and Web of Science, a reduced form of the term Sars-Cov-2 was noted, in the case "cov".

In Scopus, COVID-19 is the dominant meaning with different and specific subject entries. On the Web of Science, Climate Change and COVID-19 seem to be represented in different domains related to sustainability, risk, impact, and SARS-CoV-2. In the Dimensions, we can identify different facets of Ranganathan, such as: personality (COV); matter (patient); energy (transmission, lockdown); space (China); and time (March).

Table 5 - Comparison of subject areas of the databases.

SCOPUS	WEB OF SCIENCE	DIMENSIONS
Social Sciences	Environmental Sciences	Studies in Human Society
Medicine	Environmental Studies	Medical and Health Sciences
Environmental Sciences	Public Environmental Occupational Health	Public Health and Health Services
Energy	Green Sustainable Science Technology	Economics

Business, Management and Accounting	Economics	Applied Economics
Multidisciplinary	Multidisciplinary Sciences	Commerce, Management, Tourism, and Services
Earth and Planetary Sciences	Meteorology Atmospheric Sciences	Political Science
Economics, Econometrics and Finance	Medicine General Internal	Policy and Administration
Agricultural and Biological Sciences	Geography	Sociology
Arts and Humanities	International Relations	Environmental Sciences

Reference: authors creation based on data retrieved from databases (2021).

The three international databases apparently represent the areas of knowledge in different ways. It is relevant to note that Environmental Sciences appear in the three databases and an area called Multidisciplinary in Scopus and Web of Science, which demonstrates the diversity of Climate Change and COVID-19 as a single phenomenon.

Considering the knowledge organization of subjects on Climate Change and COVID-19, ranges from comprehensive areas (Arts and Humanities) to specific domains (Public Environmental Occupational Health and Green Sustainable Science Technology).

In the search terms, it was observed the plurality of areas that describe subjects in the databases and indications of a possible convergence of sciences focused on issues of the environment, social areas, medicine, and public health.

In the fifth step, from the CNPq database, the result of Lattes Platform retrieved: 14,448 curricula using the search term "COVID-19"; 5,064 curricula using the search expression "COVID-19 AND Environment"; 679 curricula for the search strategy "COVID-19 AND Climate Change".

In the Directory of Research Groups for the search strategy "COVID-19 AND Climate Change" no group was found. For the search term "COVID-19", 233 groups were found, and their research areas were identified in the following ranking: Health Sciences 44%, Biological Sciences 27.47%, Applied Social Sciences 9.01%, Human Sciences 7.73%, Exact and Earth Sciences 6.87%, Engineering 2.57%, Other 1.29%, and Literature, Linguistics and Arts 0.85%.

The search expression "COVID-19 AND Environment" identified one group, namely "Environmental Economics and Sustainable Development", created in 1990 (last update in July 2020), in the area of Economics. The group research themes are: 1) COVID-19, Public Policies, and the Environment; 2) Green economy and payment for ecosystem services in Brazil; 3) Elaboration, analysis, and coordination of environmental public policies; 4) Financing for sustainable development; 5) Environment, international trade and input-output matrices; 6) The trade-off between income transfer policies and forest conservation.

There is a conceptual link between the group research themes with the thematic scope of the international and multidisciplinary journal "Science of the Total Environment" which covers studies on the total environment: atmosphere, lithosphere, hydrosphere, biosphere, and anthroposphere.

The present results may be lined up with the discussions in the literature about the development of complex knowledge representation systems and suggest post-disciplinary approaches to Climate Change and COVID-19.

5. Final Considerations

The new demands on social, political, and economic effects, caused by Climate Change and COVID-19, promote flexible post-disciplinary knowledge areas because the terms and concepts become nomadic. The post-disciplinary perspective was demonstrated in journal titles such as *Heliyon* and *Science of the Total Environment*. The research revealed that Climate Change and COVID-19 are multidisciplinary domains of knowledge, which may indicate a possible change in the classic disciplinary organization of scientific knowledge. According to the journal titles, subject areas, and keywords unveiled, current scientific research is much more an example of collaborative networks, in direction of integration among disciplines and nomad concepts in interchangeable constant flow.

In this empirical study, the double structural challenge for Knowledge Organization Systems was observed: first, the plurality of knowledge domains, scientific communities, and documentary sources, point to the need for standardization that allows for efficient information retrieval procedures. Second, epistemological studies are important to construct a theory and conceptual basis to face global risks that demand immediate responses, in different contexts such as social, economic, health, infrastructure, education, and information policies

In the broad sense, the actual problem is not only how much data we can collect from different sources, but how we may organize all those data to promote mutual understanding and research cooperation in different institutions. Thus, we consider the Knowledge Organization System (KOS) as an important device to deal with terminology on unusual complex phenomena.

The diversity of terms, domains, and communities adds new difficulties in the knowledge representation and impacts semantic interoperability, especially for FAIR principles – Findability and Accessibility – in databases. In the context of the global challenges of Climate Change and COVID-19, the emergence of new knowledge domains highlights the importance of Current Research Information System (CRIS) and CERIF, as communication and information mediators between projects, people, and organizations. The two systems promote the integration of research data sources at multiple knowledge frontiers.

However, just implementing systems with digital technology infrastructure and format standards does not solve all information problems. The solution depends on international cooperation and interoperability between geolocalized communities inside or outside the academies that search for sustainable goals for emerging global problems.

The domain analysis and bibliometric tools allowed us to identify Climate Change and COVID-19 conceptual relationships among authors, networks, organizations, and documentary sources, which demonstrated transversal knowledge areas that deserve further investigation.

We believe that this work will serve as a basis for expanding social, political, and economic studies on Climate Change and COVID-19, since the proposed methodology may be applied to other SDGs of the 2030 Agenda.

The emergence of global problems stimulates the movement for a dialogical and post-disciplinary model in the search for greater symmetry among research projects, information exchange, and data governance. The debates on the 2030 Agenda and the results of the collective work of IPCC researchers already point to the way to open communities between academic and non-academic actors who share interactive knowledge ecosystems.

6. Bibliographic references

- AGENDA 2030. (2021). Access: June 27, 2021. Available at: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>
- Asserson, A.; Jeffery, K. (2009). Current Research Information Systems (CRIS): Past, Present and Future. *Wissenschaftsmanagement* (1), januar/februar. 41-44.
- BEGHTOL, C. (1998). Knowledge Domains: Multidisciplinary and Bibliographic Classification Systems. *Knowl. Org.* 25, No.1/.2.
- BOGDAN, A.; ISTUDOR, N.; GRUIA, R.; TOBĂ, G.; BULZ, N.; GÂF-DEAC, I.; CHELMU, S.; GĂVAN, C.; PRICĂ, I.; PAŞALĂU, C. (2014). New Holistic Approach of Bioeconomics and Ecoeconomics Theories, Practical Bridging from the Green Economy to Blue Economy, Trough New Integrated and Innovative Paradigm about "Bio-eco-geo-economy". *Procedia Economics and Finance*. 8. 83– 90. 10.1016/S2212-5671(14)00066-5.
- BOLDRINI, E; LUZI, D.; NATIVI, S.; PECORARO, F. (2014). Integrating CERIF entities in a multidisciplinary e-infrastructure for environmental research data. In *CRIS2014: 12th International Conference on Current Research Information Systems*, Rome, May 13-15.
- BUCKLAND, M. (2012). What kind of science can information science be? *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 63, no. 1, 1-7.
- CLEMENT, J. (2000). Hypertext and complexity. *Études françaises*, 36(2), 39–57.
<https://doi.org/10.7202/005256ar>
- Common European Research Information Format (CERIF). Available at: <https://eurocris.org/taskgroup-cerif/private-articles/main-features-cerif>
- EDWARDS, P. (2010). *A vast machine: computer models, climate data, and the politics of global warming*. Massachusetts: The MIT Press.
- ELDEN, S. (2013). Secure the volume: vertical geopolitics and the depth of power. *Political Geography*, v. 34, 35–51.
- FEIBLEMAN, J. K. (1954). Theory of Integrative Levels. *The British Journal for the Philosophy of Science* 5, no. 17, 59–66.
- FOSKETT, D. J. (1978). The theory of integrative levels and its relevance to the design of information systems. *Aslib Proceedings*. Vol.30, no. 6, 202-208.
- FUENTES, R., GALEOTTI, M., LANZA, A; MANZANO, B. (2020). COVID-19 and Climate Change: A Tale of Two Global Problems. *Sustainability* 12, no. 20: 8560. <https://doi.org/10.3390/su12208560>
- FUNTOWICZ, S.O.; RAVETZ, J. R. (1994). Uncertainty, complexity and post-normal science, *Environmental Toxicology*,13(12):1881–1885.
- GIDDENS, A. (2008). *The politics of climate change. National responses to the challenge of global warming*. Policy Network Paper, London.
- GNOLI, C. (2008). Categories and Facets in Integrative Level. *Axiomathes* (18):177-92.

GRAMINIUS, C. (2020). Conflating scholarly and science communication practices: the production of open letters on climate change, *Journal of Documentation*, Vol. 76 No. 6, 1359-1375.

<https://doi.org/10.1108/JD-01-2020-0015>

JACOBS, D. (2010). Demystification of bibliometrics, scientometrics, informetrics and webometrics.

In: DIS ANNUAL CONFERENCE, 11., 2010, Richardsbay. [Conferences...] Richardsbay: University of Zululand.

HJØRLAND, B. (2002). Domain analysis in information science: Eleven approaches - Traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, (58) 4, 422-462.

HULME, M. (2009). *Why We Disagree About Climate Change: Understanding Controversy, Inaction and Opportunity*. New York: Cambridge University Press.

HULME, M. (2013). How climate models gain and exercise authority. In Hastrup, K.; Skrydstrup, M. (Eds.). *The social life of Climate Change models: anticipating nature*. New York: Routledge, 30-44.

IPCC AR6 Climate Change (2021): The Physical Science Basis. Accessed: 27 June 2021. Available at: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/>

KESHET, Y. (2011). Classification systems in the light of sociology of knowledge. *Journal of Documentation*. Vol. 67, Nº1.

KLEINBERG, M. (2017). Reviews of Concepts in Knowledge Organization: Integrative levels. *Knowl. Org.* 44, No.5.

MENA-CHALCO, J. P.; CESAR JUNIOR, R. M. (2009). ScriptLattes: an open-source knowledge extraction system from the Lattes platform. *Journal of the Brazilian Computer Society*, v. 15, n. 4, pp. 31- 39.

<https://doi.org/10.1007/BF03194511>.

PATRA, S. K.; BHATTACHARYA, P.; VERMA, N. (2006). Bibliometric study of literature on bibliometrics *DESIDOC Bulletin of Information Technology*, v. 26, n.1, p. 27-32, January.

RAVETZ, J. R. (1995). *Scientific knowledge and its social problems* (First ed. 1971), New Brunswick (NJ): Transaction.

VAN ECK, N.J., WALTMAN, L. (2010). Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. *Scientometrics* 84, 523–538, <https://doi.org/10.1007/s11192-009-0146-3>

VAN ECK, N.J., WALTMAN, L. (2014 a). Visualizing Bibliometric Networks. In: Ding, Y., Rousseau, R., Wolfram, D. (eds) *Measuring Scholarly Impact*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-10377-8_13

VAN ECK, N. J.; WALTMAN, L. (2014 b). CitNetExplorer: A new software tool for analyzing and visualizing citation networks, *Journal of Informetrics*, Volume 8, Issue 4, 802-823, ISSN 1751-1577, <https://doi.org/10.1016/j.joi.2014.07.006>.

WALTMAN, L.; VAN ECK, N.J. (2013). A smart local moving algorithm for large-scale modularity-based community detection. *European Physical Journal B*, 86(11), 471.

WILKINSON, M. D. ET AL. (2016). The FAIR guiding principles for scientific data management and stewardship. *Nature. Sci Data* 3, 160018, <https://doi.org/10.1038/sdata.2016.18>

Política de comunicação no âmbito bibliométrico: cultivo de impasses, potencialidades e desafios

Bibliometric Study On Communication Policy: cultivation of impasses, potentialities and challenges

Marcelo Calderari Miguel

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Rio de Janeiro, Brasil
marcelocalderari@yahoo.com.br

Luiz Carlos da Silva

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Rio de Janeiro, Brasil
luizarquivologia@gmail.com.pt

Resumo

A Política de Comunicação é considerada um elemento essencial em negócios e estratégias. Nessa via, situando uma revisão bibliográfica averigua-se como a literatura científica sobre o Política de Comunicação se internaliza-se na âmbito da Ciência da Informação. Apresenta-se indicadores bibliométricos para a tema Política de Comunicação diante a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci). O estudo exploratório, situa uma análise qualitativa e usa preceitos bibliométricos para avaliar a produtividade de comunidades científicas ou a efetividade/impacto de uma memória na ciência. O diagnóstico localiza 152 artigos indexados, dos quais 118 se enquadram nos parâmetros estabelecidos no recorte amostral. O estudo evidência os principais pesquisadores, períodos de produtividade e veículos de publicação da temática. Na conclusão cita-se que a Política de Comunicação é um imprescindível construto da Ciência da Informação, uma vez que, através da interdisciplinaridade, a expansão das concepções que estão além do que as práticas organizacionais aprimoram cada vez mais o olhar crítico à mediação

Abstract

The Communication Policy is considered an essential element in business and strategies. In this way, placing a bibliographic review as the scientific literature on communication is internalized in the scope of Information Science. Bibliometric indicators for a theme Communication Policy are presented in front of a Reference Database of Articles from Journals in Information Science (Brapci). The study situates an exploratory qualitative-quantitative research and uses precepts and bibliometrics to assess the productivity of a memory in science. The diagnosis found 152 indexed articles, of which 18 fit the parameters established in the sample. The study proves the main researchers, periods of productivity and publication vehicles on the subject. In the conclusion, it is mentioned that the Communication Policy is an indispensable construct of Information Science, since, through interdisciplinarity, an expansion of conceptions that go beyond organizational practices increasingly improve the critical look at informational mediation in the university-society-innovation context.,

informacional no contexto universidade-sociedade-inovação

Palavras-chave: Comunicação. Democracia. Indústria criativa. Mediação social. **Keywords:** Communication. Democracy. Creative industry. Social mediation.

1. Política de Comunicação: o integrar de Ciência e Informação

Em uma margem, a ciência possui a importante construto que é a confiabilidade - tal construto expressa a qualidade imprescindível a ortodoxa metodologia científica. Na outra margem, a ciência proporcionar “novas abordagens em torno da maioria dos aspectos envolvidos em nossa vida, também produziu seus efeitos colaterais, tais como as questões éticas” declaram Silveira (2013, p.169).

No âmbito da Ciência da Informação (CI), aponta Araújo (2014, p.8), hoje, essa área é “mais atenta à complexidade dos fenômenos estudados” e desdobra-se na imbricação entre documentos, mediações e saberes para a busca da vitalidade (juízo de realidade) e apreensão dos problemas vivenciados na era contemporânea.

A Políticas de Comunicação se instituir por meio de ferramentas adequadas à gestão, à organização, à mediação informacional dentre outros assuntos fundamentais para se valorizar e viabilizar a prática da cidadania, facilitar a vida social e, o desenvolvimento local. É impreterível levar em conta o repercussão positiva da ratificação de normas como a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 2011), a Lei do SEAC ou Lei da TV paga (Lei nº 12.485, de 2011), que versa dos Serviços Audiovisuais de Acesso Condicionado, e o novo Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965, de 2014). Não obstante, tais leis, argumentam Martins e Paulino (2015), contrastam com a incipiência de políticas que incidam de forma mais integral e unitária

Assim, adentra-se em um rol de inquietações: Qual abertura tem a questão Política de Comunicação no âmbito da CI? Quais periódicos e pesquisadores estão mais envolvidos com esse tema? Que descritores são usados nos artigos para desenvolver essa questão? Nesse painel, o estudo construir indicadores acerca do tema Política de Comunicação, diante a a gama de itens documentais indexados na BRAPCI.

Grosso modo, os objetivos específicos do estudo são: i) reconhecer o períodos de maior produtividade científica; ii) identificar os periódicos de maior produtividade com a área analisada; iii) especificar os autores mais prolíferos; e; iv) analisar a importância dos descritores adotados. Destarte, alguns aprofundamentos científicos e técnicos dessa temática são úteis e situam as experiências em um continuum de transitoriedades e desafios.

2. A Política de comunicação em múltiplos olhares

A Política de Comunicação é um conjunto sistematizado de princípios, valores, posturas, estratégias e diretrizes que objetivam orientar o relacionamento da organização/instituição com os seus públicos de interesse ou estratégicos.

2.1. Comunicação na Mulperspectiva Política

Acende o papel do profissional de divulgação de ciência, a tecnologia e a inovação (CT&I), cujas tarefas estão subordinadas à convicção de compromisso público e de prestação de contas à população, e isso é conexão com a área de Comunicação Pública (BRADÃO, 2012). Assim, deve-se frisar que:

Pode-se entender a área de comunicação política sob dois ângulos: (1) a utilização de instrumentos e técnicas da comunicação para a expressão pública de ideias, crenças e posicionamentos políticos, tanto dos governos quanto dos partidos; (2) as disputas perenes entre os proprietários de veículos e detentores das tecnologias de comunicações e o direito da sociedade de interferir e poder determinar conteúdos e o acesso a esses veículos e tecnologias em seu benefício. Neste sentido, diz respeito também à responsabilidade do Estado para gerir as complexas questões sobre políticas públicas de comunicação e telecomunicação entendidas, historicamente, como aquelas que tratam das questões jurídicas afeitas ao uso público da infraestrutura tecnológica das comunicações. Incluem-se neste tópico também as polémicas discussões em torno do Direito da Comunicação que trata da formação de redes, conglomerados e da convergência tecnológica (Bradão, 2012, p.6).

Nesse âmbito, a comunicação política envolve um conjunto de práticas de gestão e diversos relacionamentos e interagentes; abrange os direitos das partes interessadas e otimiza o desempenho das instituições. Portanto, a Comunicação e Política se situam na fronteira de dois campos distintos do conhecimento, institucionalizados na universidade brasileira: a Comunicação e a Ciência Política argumenta Lima (2012, p.85). Destarte:

Comunicação e Política se situam na fronteira de dois campos distintos do conhecimento, institucionalizados na universidade brasileira: a Comunicação e a Ciência Política. O campo é também identificado como Comunicação Política, tradução da terminologia americana Political Communication. Há de se constatar que ainda é muito forte no mainstream da Ciência Política brasileira uma visão redutora da comunicação à informação política, categoria de análise perdida entre dezenas de outras que interferem no funcionamento do sistema político. [...] No Brasil há ainda relativamente pouco contato entre a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, ANPOCS (criada em 1977) e a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, COMPÓS (criada em 1992), que mantém um GT de Comunicação e Política [...] A política nos regimes democráticos é (ou deveria ser) uma atividade eminentemente pública e visível. E é a comunicação – e somente ela – que tem o poder de definir o que é público no mundo contemporâneo (Lima, 2012, p.85).

Outro aspecto que se destaca, diz Duarte (2012, p.112), no Brasil, o “acesso às novas tecnologias não está necessariamente vinculado a uma Política de Comunicação voltada para o cidadão e o atendimento de suas necessidades”. Sob este prisma, entende-se que a comunicação pública é política de inclusão informacional. A pesquisadora, reforça que “comunicação e cidadania são conceitos interligados, cujo crescimento e aperfeiçoamento reforçam a existência mútua” (Duarte, 2012, p.113).

A construção da Política de Comunicação é uma atividade efetivamente estratégica de inteligência organizacional e não somente operacional, sinalizando o crescente interesse pela internacionalização das atividades de pesquisa e desenvolvimento conduz ao questionamento sobre as oportunidades informacionais. Considera-se, por exemplo, que a Política de Comunicação Institucional balizar

processos de difusão fomentando a cultura organizacional de mediação de informações e, a correta utilização das ferramentas de comunicação viabiliza o processo de comunicação contínua integrado inovações a ferramentas de comunicação.

É, portanto, imprescindível criar diretriz única, que exiba valores e conceitos compartilhados por toda a organização. Assim, a comunicação passa a ser estratégica quando busca satisfazer as demandas, necessidades e expectativas dos públicos-alvo, em consonância com sua missão e valores.

De qualquer forma, é preciso lembrar sempre: o que está realmente em jogo quando se trata das relações entre Comunicação e Política é o processo democrático. As distorções de poder provocadas pelo desequilíbrio histórico entre os sistemas privado, público e estatal (de radiodifusão), pela concentração da propriedade – em boa parte provocada pela ausência de normas que impeçam a propriedade cruzada – e a vinculação dos grandes grupos de comunicação com lideranças políticas regionais e locais são alguns dos problemas que impedem a democratização da nossa comunicação. E sem ela não haverá diversidade e pluralidade de informações, vale dizer, opinião pública autônoma e, portanto, democracia plena (Lima, 2012, p.91).

O conceito de comunicação organizacional, apresentado na obra de Oliveira (2013), situa que as políticas de comunicação têm o escopo de apresentar subsídio a cidadania – apresentando a compleição de materiais de interesse público. Oliveira (2013, p. 429) defende:

[...] a importância da comunicação organizacional alinhada com a comunicação pública, ou seja, a comunicação voltada ao interesse público [...] Evidentemente, tal definição exige uma política de comunicação organizacional que entenda os grupos sociais e indivíduos como sujeitos interlocutores, cidadãos, que têm percepção de suas necessidades e querem que as organizações, sejam elas públicas ou privadas, contribuam efetivamente com a sociedade, não apenas para sua auto-promoção, garantindo ganhos para sua imagem, reputação e marca, mas que tragam reais benefícios para todos.

A comunicação é integrada e considera a qualificação da informação, buscando transmitir o mesmo conteúdo a todas as partes interessadas, obedecendo a formatos, linguagens e abordagens adequadas. Ad infinitum, Nunes (2005, p.225) postula, a “comunicação humana não reside em princípios, regras ou dogmas abstraídos da experiência, mas no acontecer irrepetível da vida vivida”.

O impacto da produção de dossiês sobre Política de Comunicação se faz evidente nos últimos dez anos, andando a par e passo com um sempre crescente interesse, por parte dos agentes fundamentais – os porta-vozes – que colaboram para a ampla divulgação de todas as informações de interesse público, por meio de uma comunicação objetiva, eficaz, tempestiva, transparente e profissional com os veículos de imprensa e com a sociedade. Portanto, a comunicação é política ampla e transparente com a mídia e com seus públicos estratégicos, e, por meio da atuação de porta-vozes capacitados, detentores de postura ética, profissional e de amplo conhecimento dos direitos e deveres inerentes a todos os cidadãos e ao seu campo de atuação

2.2. Política de comunicação na multiperspectiva corporative

No Brasil, assinalam Bolaño e Brittos (2008, p. 2), o debate em torno das políticas públicas de comunicação, ainda que muitas vezes vertiginoso, não alcançou possibilidades de “mudar a equação do poder montada nos idos do regime militar, à diferença do que ocorreu com outros países, em que o processo de democratização se traduziu em uma mudança estrutural profunda na área da mídia”.

Bolaño e Brittos (2008) reportam que o debate em torno das políticas de comunicação no Brasil em 2007 culminou em 2 de dezembro, com o lançamento simultâneo da TV digital, em São Paulo inicialmente, e de uma televisão pública ligada ao governo federal. Assim surgiu a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), de economia mista, ligada ao governo federal, criada para gerir as emissoras de rádio e televisão públicas federais. Sem dúvida, a Política de Comunicação envolve inúmeras vertentes que auxiliam no controle, fiscalização, prestação de contas, transparência, gestão, com o objetivo de trazer informação a sociedade em geral, no caso do setor público, e a seus stakeholders, no setor privado.

Diante do exposto, afirma-se que na maioria das vezes o plano¹ de comunicação é nativo de uma política de comunicação da organização e prevê a atuação da organização em um determinado período de tempo, definindo ações, orçamento, ações que devem ser executadas em momentos de crise, estratégias de cada setor e nomeando os porta-vozes da organização (Barreto, 2020, p. 234). Dentro dessa perspectiva, todas as ações, cuja finalidade seja corroborar para o melhor gerenciamento e controle da comunicação são abarcados dentro do arcabouço da Política de Comunicação e assim, entende-se que:

A comunicação pública assume, assim, epistemologicamente, a forma de discurso racional, de ciência, com objeto e método próprios. Crente de que a sedução das massas em direção às boas razões é mera questão de demonstração, de esclarecimento de razões preexistentes ao próprio homem, de razões incrustadas na realidade das coisas, como se houvesse uma realidade exterior ao próprio homem, como se a mente humana fosse um espelho que captaria a verdade a partir da razão, uma vez que a verdade fosse apresentada. Eis a comunicação pública como esclarecimento, desalienação alienada, como a voz de Deus, que se confunde com a voz do povo, pois a voz de Deus é a voz da razão e esta está em todas as mentes, inata, no povo. É possível enganar muitas pessoas por muito tempo, mas não é possível enganar a todos o tempo todo, pois a verdade emergirá, tardará, mas não falhará. A desumanização da comunicação é, enfim, a desumanização da política, tida não como escolha, mas como fato, natureza. Conhecer a política é desvendá-la e não criá-la (Barros Filho & Pompeu, 2007, p. 224).

Como política de manutenção de bons relacionamentos, Marangoni e Petry (2021, p. 275) apontam que a mudança cultural para os empregadores, pauta a comunicação transparente e é uma importante ferramenta que minimiza ruídos. Já Condutta e Vitoriano (2020) assinalam que oriunda do ambiente empresarial, a GC adquire novo significado quando aplicada dentro das Organizações da Sociedade Civil (OSC) – e contribuir para processo de compartilhamento do conhecimento em entidades do Terceiro Setor. Para os pesquisadores a adoção das boas práticas de monitoramento proporciona que

¹ Não confunda planejamento de comunicação e plano de comunicação. Barreto (2020, p.234) entende que o plano de comunicação é resultado do 'planejamento'. É um dos produtos do planejamento de comunicação, que também inclui diagnósticos, relatórios, entrevistas, etc.

as OSCs projetem uma visão mais positiva em relação ao mercado e aos demais membros de sua rede social e, proporciona que se ostentem.

3. Procedimentos Metodológicos

O presente diagnóstico do ponto de vista de seus objetivos se rotula como um estudo descritivo, que essencialmente emprega o método quantitativo, situando ainda um painel estático de indicadores bibliométricos em relação à abordagem do problema, e, se pauta em torno de métricas e leis e bibliométricas – expressão e construtos acerca da produtividade de periódicos (Bradford), produtividade de autores (Lotka) e a frequência de palavras (Zipf).

O estudo descritivo, Gil (2008, p.28) assinala, usualmente é utilizado quando se deseja mapear uma dada realidade e se apoia na “[...]descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis [...]”. Nessa via, o universo da pesquisa reúne os artigos científicos indexados nos periódicos científicos que fazem parte da Brapci, contemplando um recorte sobre as duas primeiras décadas do século XXI.

Os estudos bibliométricos ampliam os entendimentos de um determinado assunto, e ajudam a demonstrar os aspectos da produtividade científica, dos autores, instituições e as revistas científicas que são destaques em uma temática. No que tange a bibliometria é importante frisar que ela se insere na área da CI, mas é utilizada em todas as áreas do conhecimento para medir a produção científica.

Assim a bibliometria compreende a um estudo quantitativo objetiva identificar características comuns entre os artigos científicos, ou seja, possui diversas leis, com a finalidade de analisar estatisticamente os números de documentos, autores e as revistas mais produtivas de um campo científico.

A escolha da base de dados Brapci, justifica-se por ser de dados abertos, sendo especializada da área de CI. Também, entende-se que os temas Política de Comunicação devem ser tratados continuamente nas unidades organizacionais para que efetivamente a Política de Política de Comunicação de Dados, Informação e Conhecimento (PGDIC) seja efetivamente internalizada nas instituições (Kunsch, 2011).

O procedimento de coleta de dados foi por meio da base Brapci, e a estratégia de busca utilizou o termo ‘Política de Comunicação’ com asterisco (*) no campo título, palavra-chave e resumo. Em relação aos procedimentos de análise dos dados utiliza os seguintes campos: título do artigo, autor, coautor, ano, periódicos científicos e palavras-chave. O levantamento bibliográfico ocorreu em 25 de junho de 2021 e, foram excluídos os anais de evento da amostra que não foram publicados em periódicos científicos.

Para tabulação e sistematização dos dados coletados do estudo utilizou-se o software Microsoft Office Excel e, em seguida foi elaborado um banco de dados (Excel .xls) que originou tabelas e gráficos para interpretação dos resultados dos artigos na BRAPCI.

4. Exposição Dos Resultados

Esta seção apresenta a produção científica dos artigos científicos sobre a temática ‘Política de Comunicação’ no período de dez anos (2011 a 2020; segunda década do século XXI). O diagnóstico é

situado em torno de paramento, isto é, a quantidade e percentual de crescimento de artigos por ano, produtividade dos periódicos científico, indicadores de produtividade científica e das formas de participação na literatura, e a frequência de palavras-chave.

Nota-se que a temática política de comunicação apesar de não ser recente, ainda é pequena e pouco consolidada em termos de pesquisas no âmbito da CI, mas, principalmente, a Brapci registra uma queda na publicação de artigos e de revistas científicas com temática – retrato das pífias políticas públicas (educação, gestão cultural) e dos retrocessos (recurso posições no ranking internacional de liberdade de imprensa) promovidos pelo governo Bolsonaro. Assim, a ilustração (Figura 1) a seguir apresenta a distribuição anual dos artigos publicados conforme o recorte adotado nessa pesquisa.

Figura1 - Gráfico sondagem métrica anual das publicações científicas

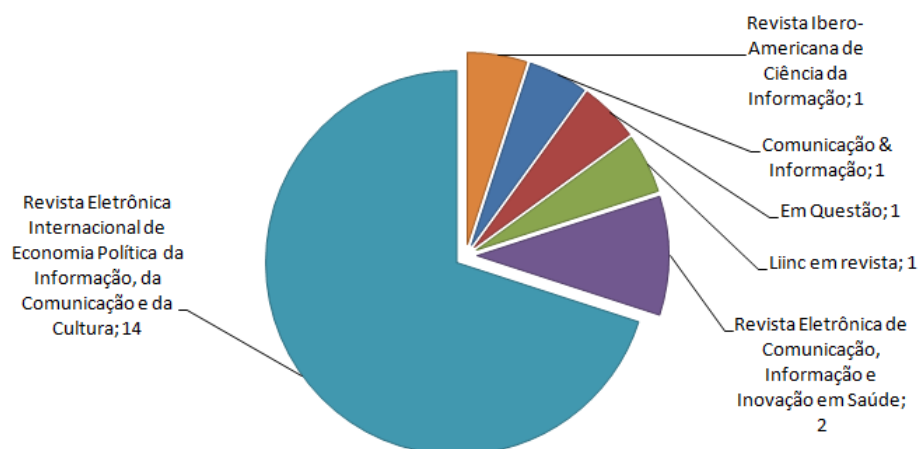


Fonte: os autores, dados da pesquisa, com base em Brapci – jun. 2021.

Nos anos de 2012 e 2019 foram publicados somente um artigo a cada ano. 2013 e 2016 foram publicados somente dois artigos a cada período. Em 2011, 2015 e 2018 ocorreram três publicações no âmbito da CI. Já em 2014 foram publicados quatro artigos (25%), representando o ano mais produtivo na indexação dessa temática na Brapci. Em suma, os resultados apontam (indiretamente) que o tema adentrou de forma tímida no âmbito da CI (ou, talvez, nos programas, encontros e grupos de pesquisa da Pós-Graduação brasileira em CI).

Vale destacar, nessa via, que os trabalhos recém-introduzidos (2020-2021) na Brapci passam a projetar a Política de Comunicação em termos de equidade, economia política, biopolítica e inclusão na microhistória.

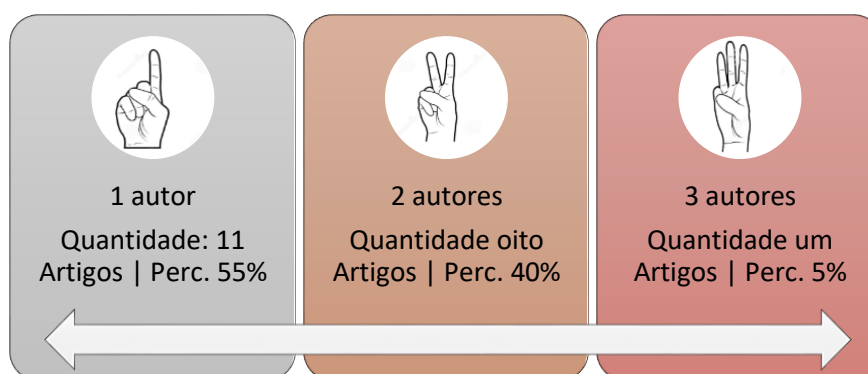
Na sondagem averigua-se a composição da produtividade dos periódicos científico, e, desta forma se estabelece o seguinte painel:

Figura 2 - Periódicos e quantitativo de artigos indexados sobre a temática

Fonte: os autores, dados recuperados na Brapci (2001/2020), jun. 2020.

Nota-se que seis periódicos (Figura 2) produziram 20 artigos; cabe destacar que sete revistas classificadas estão classificadas no Qualis Capes em A2 (5%) a B2 (5%). Conforme o QUALIS Capes periódicos – Classificações periódicos Quadriênio 2013-2016, indica que a classificação B1 (18 artigos, 90%) agrupa maior número de revistas dessa temática, sendo: Liinc em revista (ISSN 1808-3536); Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde (ISSN 1981-6286); Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ISSN 1518-2487); e, a Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação (ISSN 1983-5213).

A temática Política de Comunicação se mantém em pauta nos principais veículos de comunicação, exposição e divulgação científicas na CI. Com o dados recuperados, pode-se situar a Tabela 2 – que situa a composição da autoria.

Figura 3 - Características das publicações

Fonte: os autores, com base nos dados da pesquisa jun. 2022.

Três autores adentram em um artigos, oito autores publicaram dois artigos e 11 autores publicaram somente um documento, o que totaliza 55% da produção de artigos. Desta forma, a lei de Lotka não foi aplicada, percebe-se um pequeno número de autores (29 pesquisadores no total) publicaram o rol de 20 itens no recorte temporal de uma década (2011 a 2020). Assim, a produção sobre a Política de Comunicação apenas um autor aparece com duas publicações sobre essa temática.

Assim, a primeira autora mais produtiva na temática sobre Política de Comunicação foi o pesquisador Adilson Vaz Cabral Filho, Professor Titular da Universidade Federal Fluminense (Uff) , com atuação no Departamento de Comunicação Social e no Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC).

Na sondagem acerca das palavras-chaves mais frequentes é possível ressaltar, além da CI, áreas representativas como: Ciências Sociais aplicadas, Cinema, Direito, Economia, História e Jornalismo. A frequência de palavras-chave utilizadas pelos autores que publicaram nas revistas científicas da Brapci é demonstrada na ilustração (figura 4).

Figura 4 - Descritores utilizados nos artigos indexados da Brapci



Fonte: os autores, com base Brapci e keywords (2001-2020), jun. 2022.

Destarte, encontra-se a ocorrência de 80 termos, sendo que 60 (75,00%) descritores com apenas uma repetição. Os termos mais empregados para descrição: Política De Comunicação, Cidadania, Ciência Da Informação, Democracia, Direito A Comunicação, Economia Política Da Comunicação, Economia Política, Mídia, Processo Midiático, Televisão. Nesses termos, isso se mostra apenas início das tramas, há uma rede de comunicação positiva de modo a garantir a sustentabilidade e responsabilidade social, uma vez que envolve e traz à cena a dimensão das relações (de saberes desejos e poderes) entre os diferentes sujeitos e instituições.

Assim, acessando o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); se recupera o quantitativo/registro de sete grupos na busca (Consulta parametrizada) pelo termo exato 'Política de Comunicação' sendo seis na área da Comunicação e um no âmbito de estudos da Sociologia. Assim, nesse âmbito destacam-se grupos de pesquisa como:

- Com+- Grupo de Pesquisa em Comunicação, Jornalismo e Mídias Digitais, da Universidade de São Paulo (USP), os Líderes do grupo são: Elizabeth Nicolau Saad Corrêa e Lígia Maria Trigo-de-Souza.

- Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos Midiáticos – NEMi, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), os Líderes do grupo são: António Francisco Ribeiro de Freitas e Marinali de Lima de Queiroz Freitas.

- Observatório da Radiodifusão Pública na América Latina, da Universidade de Brasília (UnB); os Líderes do grupo são: Carlos Eduardo Machado da Costa Esch e Elton Bruno Barbosa Pinheiro

5. Exposições Finais

O Brasil nasceu e cresceu sem experiência de diálogo.

De cabeça baixa, com receio da Coroa.

Sem imprensa. Sem relações. Sem escolas. "Doente".

Sem fala autêntica [...]. (Freire, 1983, p.66).

Como política de manutenção de bons relacionamentos, entende-se que olhar para a Comunicação é se atentar formas de mediação informacional e gerar um rol de vantagens competitivas para a organização. Ademais, a temática não limita a gama de incertezas e projeções políticas, mas, pelo contrário, oportuniza notar a arte e os fenômenos constitutivos da interculturalidade.

O conceito de Política de Comunicação parece ser exatamente o melhor indicativo semântico de que o conceito moderno de autoridade sofreu profundas transformações estruturais. Esta reflexão pretende contribuir para os debates sobre a prática cotidiana das Tecnologias da informação e comunicação (TICs) por meio de atividades que levem em conta as relações estabelecidas entre os documentos, os conteúdos, Marketing Político e o Marketing Eleitoral, o desenvolvimento da competência material e os usos possíveis dos documentos não obsta a competência material e jornalística, para a exploração dessas atividades pelas entidades públicas e privadas.

A Política de Comunicação (entre informação e ruídos) pensar em todos os atores sociais e nas transformações estruturais da infoera e, baseia-se na multissetorialista perspectiva de transformação da economia política da informação. Ademais, nota-se, ainda, que os resultados desse estudo demonstram que a temática 'Política de Comunicação', nas duas primeiras décadas do século XXI, têm sido uma constante preocupação das ciências sociais aplicadas.

Nesse sentido, as 'grandes estratégias de comunicação pública seriam as estratégias da demonstração da razão pública, entendida esta, por sua vez, como a razão que permite conhecer o futuro, o bem por vir, a evolução da história' (Barros Filho & Pompeu, 2007, p. 225).

A temática se associando e adentrando na esfera estratégia, institucional, corporativa, pública, tecnológica da gestão da informação e tecnologia de informação em saúde, de bigdata na Política de Comunicação dos sistemas de arquivos em saúde. Ademais, conclui-se que a temática Política de Comunicação se mantém em pauta na CI do Brasil, mas é muito pouco pesquisada (e explorada) pelos pesquisadores ibero-americanos quantos aos problemas relevantes nos diversos centros, produtos, serviços e unidade de informação.

As possibilidades e alcances da Política de Comunicação não se limitam ao que apresentamos. Trouxemos de forma exemplificativa e não exaustiva algumas possibilidades de aplicação da Política de Comunicação. O conceito de Política de Comunicação ainda pode ser considerado uma obra inacabada e inconclusiva, possuindo algumas brechas ao longo da sua concepção.

Contudo, trouxe algumas inovações metodológicas e conceituais interessantes que podem ser exploradas mais adiante por outras linhas de pesquisas da CI, em especial, na Organização do Conhecimento. Procuramos expor um universo que pouco familiar para maioria dos profissionais que são fora da imprensa; a ousadia pode ser muito valiosa para pensar o futuro das humanidades digitais.

6. Referências Bibliográficas

ARAÚJO, C. A. Á. (2014). O que é Ciência da Informação? Informação & Informação, Londrina, 19(1), pp. 1-30. Recuperado de <http://srv-009.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15958>.

BARRETO, C. P. S. (2020). Planejamento de comunicação. In: Saccol, T., Barreto, C. P. S., Pereira, G. T. F., Rossi, J. C., & Almeida, T. S. (Orgs.). Assessoria de Comunicação. Revisão técnica Marcielly Cristina Moresco. Porto Alegre: SAGAH, pp. 233-248. Recuperado de <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786556900865>.

BARROS FILHO, C., & Pompeu, J. C. (2007). A comunicação pública na pós-modernidade. In: Barros Filho, C. (org.). Ética e comunicação organizacional. São Paulo: Paulus, p. 205-234.

BRANDÃO, E. P. (2012). Conceito de comunicação pública. In: Duarte, J. (Org.). Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público, 3ª edição. São Paulo: Atlas, cap. 1, pp. 1-33. Recuperado de <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522475063>.

DUARTE, M. Y. M. (2012). Comunicação e cidadania. In: Duarte, J. (Org.). Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público. 3. ed. São Paulo: Atlas, cap. 7, pp. 95-115. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522475063/>.

FREIRE, P. (1983). Educação como prática da liberdade. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GIL, A. C. (2008). Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas.

KUNSCH, M. M. K. (2011). Auditoria da comunicação organizacional. In: Duarte, J., & Barros, A. (Orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. ed. São Paulo: Atlas - Grupo GEN, cap. 15, pp. 226-252. Recuperado de <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522474400/>.

LIMA, V. A. (2012). Comunicação e política. In: Duarte, J. (Org.). Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público. 3. ed. São Paulo: Atlas: Grupo GEN, cap. 6, pp. 84-94. Recuperado de <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522475063/>.

MARTINS, M., & Paulino, F. O. (2015). Apresentação: dossiê temático perspectivas e desafios para as políticas de regulação da mídia. EPTIC Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, 17(2), pp. 3-4. Recuperado de <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/193679>.

NUNES, R. S. (2006). Nada sobre nós, sem nós: a centralidade da comunicação na obra de Boaventura de Sousa Santos. São Paulo: Cortez, 327 p.

OLIVEIRA, M. J. C. (2013). Comunicação organizacional e comunicação pública. In: Matos, Heloíza (org.). Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, pp. 15-28.

As Redes sociais como ferramentas de comunicação política

Social networks as political communication tools

Karla Cardoso Batista

Faculdade de Letras da universidade do Porto
karlacardosob@gmail.com

Elisa Cerveira

Faculdade de Letras da universidade do Porto/CITCEM
elisa.cerveira@gmail.com

Resumo

O uso de redes sociais está se tornando cada vez mais comum na comunicação política em todo o mundo. Aqui analisamos justamente como ocorre a utilização dessas redes como ferramentas do processo de comunicação política, tendo como foco o Congresso brasileiro. Destaca-se um estudo de caso para verificação do uso das redes em época de campanha e também de mandato; a análise dos prós e contras do uso das plataformas e o uso estratégico dessas ferramentas, numa sintonia entre os trabalhos desenvolvidos pelos agentes políticos nos universos online e off-line. O trabalho baseou-se em uma análise de conteúdo, bem como numa entrevista semiestruturada e um questionário estruturado. Assim, foi possível chegar à conclusão de que as redes constituem um canal indispensável para o meio político, seja na campanha ou no mandato.

Palavras-chave: Comunicação política, campanha, redes sociais, eleições, mandato.

Abstract

The use of social media is becoming more and more common in political communication around the world. Here we analyze precisely how these networks are used as tools in political communication, focusing on the Brazilian Congress. This project is based on a case study and intends to verify the use of social networks during political campaigns as well as mandates; the analysis of the pros and cons of the strategic use of these tools, in line with the works developed by political agents in the online and offline universes. The work is based on a content analysis, a semi-structured interview, and a structured questionnaire. Thus, it was possible to conclude that networks are an indispensable channel for the political environment, whether in the campaign or office.

Keywords: Political communication, campaign, social networks, elections, mandate.

Introdução

A Internet revolucionou a comunicação entre os seres humanos e hoje precisamos dela para praticamente tudo. No universo político, as redes sociais digitais surgem como um meio de comunicação direta, em que o agente tem a possibilidade de falar diretamente ao seu público com a certeza de que não sofrerá alterações no conteúdo de sua mensagem o que não acontece na comunicação mediada pelos meios tradicionais, onde as interpretações dos jornalistas ou mesmo a edição podem comprometer o conteúdo das mensagens. Os políticos tentam aproveitar ao máximo desse novo canal (Bimber & Davis, 2003; Dobek-Ostrowska & Garlicki, 2013) sem, entretanto, deixar as tradicionais ações de comunicação off-line. (Bimber & Davis, 2003; Panagopoulos, 2009)

As mensagens são trabalhadas de forma a se adequarem a cada uma das plataformas e também se adaptam ao público-alvo de cada político, questões que fazem parte de uma estratégia de marketing político. O foco deste estudo foi o Congresso Nacional brasileiro, composto por 513 deputados federais e 81 senadores, todos conectados a alguma rede social. O que este trabalho de investigação se propõe verificar é o nível de utilização das redes sociais pelos parlamentares e se existe, de fato, alguma sintonia entre as atividades divulgadas online e off-line. A hipótese aqui levantada é de que as redes se tornaram ferramentas imprescindíveis para a comunicação política.

Foi preciso recorrer a alguns conceitos, entre eles o de comunicação política (Figueiras, 2019; McNair, 2008; Perloff, 2014), que está baseado na relação entre instituições políticas, os media (que incluem as redes sociais e os meios tradicionais) e o público. Também tratamos do conceito de marketing político (Cacciotto, 2015; Caetano, Simões, & Gravelho, 2012; Cwalina, Falkowski, & Newman, 2011; Lees-Marshment, 2014; Newman, 2012), que deriva do marketing comercial, e trabalha a campanha e o mandato de forma estratégica, pensando sempre em responder aos interesses dos clientes/eleitores. Foi importante analisar, ainda, o impacto da Internet e também das redes sociais nos processos de comunicação (Baptista, 2021; Bimber & Davis, 2003; Cornfield & Kaye, 2009; Dobek-Ostrowska & Garlicki, 2013; Domalewska, 2018; F. C. N. I. Gonçalves & Assis, 2019; González & Cambra, 2018; Johnson, 2009, 2010), em particular na comunicação política, como nos casos dos presidentes Barack Obama, Donald Trump e Jair Bolsonaro.

Questões ligadas aos media tradicionais em oposição a outras questões referentes às redes sociais também foram objeto de estudo. Foram listados alguns prós e contras do uso das redes, como a comunicação direta e sem filtros, que é apontada como uma das grandes vantagens do uso das redes (Bimber & Davis, 2003; Domalewska, 2018; Johnson, 2009, 2010; Schulz, 2014), e também as fake news (Canário, 2018; Gomes & Dourado, 2019; Pena, 2019a, 2019b, 2019c), que encontram terreno fértil nas redes e seria uma das principais desvantagens e ameaças desse meio.

1. Abordagem metodológica

Para este trabalho foi utilizada uma abordagem metodológica mista: um estudo de caso que incluiu a análise de conteúdo e a aplicação de uma entrevista semi-estruturada, e também foi realizado um questionário aplicado a um grupo mais alargado, cujo universo foram os 594 congressistas brasileiros. O inquérito foi desenvolvido online e enviado por meio de um link do formulário Google Forms, inicialmente via e-mail, mas devido à dificuldade de retorno, foi feito contato diretamente com as

assessorias de imprensa das lideranças dos partidos e, a partir daí, com os assessores de comunicação de vários parlamentares, os quais responderam à pesquisa em nome do político com o qual trabalham. O questionário composto por 16 perguntas fechadas foi, então, enviado por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp, o que facilitou o contato e viabilizou a amostra de 121 respostas, representando 20% do universo total. O inquérito ficou aberto para respostas do período de 1º de março a 12 de agosto de 2021 e optou-se por perguntas fechadas, em que o respondente escolhe uma das opções de uma lista predeterminada, pois estas facilitam “uma padronização e uniformização dos dados coletados” (Gerhardt & Silveira, 2009).

1.1. Integrando as ferramentas online e off-line

A comunicação online já é uma realidade e faz parte da estratégia de muitos agentes políticos, mas para que essa estratégia seja eficaz a ponto de alcançar a meta (vitória nas eleições ou permanência e boa aceitação no mandato), é preciso estabelecer uma sintonia das ações online e off-line. O autor Philip Kotler fala da importância da integração entre essas ações no marketing comercial. (Kotler, Kartajaya, & Setiawan, 2016)

Do ponto de vista do marketing comercial e de acordo com Kotler, as ações online e off-line deverão “coexistir e convergir” de modo a satisfazer o cliente. Trazendo a mesma análise para o marketing político, as redes sociais surgem como ferramentas e também complementam as ações off-line, como aconteceu no caso Barack Obama, em 2008. A campanha centrou-se em ações de arrecadação de recursos online, bem como no engajamento dos eleitores que passaram a ser os próprios influenciadores de outras pessoas dentro do ambiente digital. Tudo em uma perfeita harmonia entre as ações online e off-line, o que resultou em completo sucesso para o democrata, eleito e reeleito com a forte ajuda das redes sociais e também com os tradicionais trabalhos de rua. (Graeff, 2009, p. 25, apud L. Gonçalves & Ferreira, 2013).

Assim, uma campanha de sucesso depende, também, de um plano de comunicação eficaz que integre as ações online e off-line, mas sem deixar de respeitar, em primeiro lugar a identidade visual da campanha, bem como o fato de que cada meio (rede social) tem suas peculiaridades. Assim, será possível desenvolver um trabalho virtual em paralelo com as técnicas de campanha convencionais, como corpo-a-corpo, anúncios, mala direta, panfletos, entre outros. (Panagopoulos, 2009)

Segundo Panagopoulos, o grau de controle que os políticos exercem sobre o conteúdo da mensagem, bem como o incentivo à participação dos seguidores/eleitores é a base de uma estratégia de comunicação política no ambiente online (Panagopoulos, 2009).

1.2. Estudo de caso: a campanha de Paula Belmonte

A campanha da deputada federal Paula Belmonte (do partido Cidadania-Distrito Federal) pode ser apresentada como um case de sucesso nesse aspecto de integração online e off-line. Ao analisar suas redes é possível verificar que o conteúdo foi adaptado para cada plataforma, sendo que se destacaram os usos dos stories (Instagram e Facebook) e lives (Facebook), com conteúdo essencialmente textual sendo prioritariamente postado no Twitter e repostado nas demais redes. Além disso, foram criados posts sobre os mais variados temas que a candidata defendia, sempre respeitando uma mesma identidade visual. Vídeos também foram produzidos especificamente para uso nas redes sociais.

Paralelo a todo o trabalho que a equipe de comunicação desenvolvia nas redes sociais, a candidata, sempre acompanhada por um profissional da área, percorria as cidades do Distrito Federal. Ia a reuniões com moradores de várias regiões, com categorias de profissionais, fazia as gravações dos programas eleitorais de rádio e TV. As ações de comunicação off-line também incluíam a produção de panfletos, jornais, mala direta, adesivos, placas de casas e a participação da candidata em jornais e rádios comunitárias (veículos de comunicação menores, normalmente separados por regiões). No caso das rádios, as participações eram transmitidas, ao vivo, via Facebook por meio da ferramenta live.

Um profissional de marketing político coordenou todas as ações online e off-line, pensando de forma estratégica cada passo dado pela parlamentar, desde os eventos a serem incluídos na agenda à postura e ao tom que seria dado às suas redes sociais. A estratégia da campanha partiu de pesquisas de opinião, por meio das quais foram estabelecidos os objetivos e os meios que seriam usados para o alcance da vitória, a meta. No dia do lançamento da campanha, um material específico já estava pronto para entrar nas redes sociais.

Os discursos da candidata mostravam, claramente, suas principais propostas, entre elas, o foco à educação de crianças, o empreendedorismo como forma de reduzir o desemprego e ajudar jovens a colocarem-se no mercado de trabalho e o combate à corrupção e aos privilégios políticos. A coerência de seu discurso online e off-line também foi outra marca da campanha. O uso do slogan por meio das hashtags #RenovarÉPreciso #RenovarÉPossível marcou a campanha online da candidata, sendo usadas em praticamente todas as postagens realizadas, o que facilitou a divulgação da mensagem própria da candidata.

A letra do jingle foi pensada para mostrar a ideia de uma mulher que faz o bem e que conhece as necessidades das pessoas. Além disso, conforme todo o discurso da candidata, a música diz que é momento da mudança e que isso pode ser feito junto com o eleitor. No final, a letra acrescenta o slogan da campanha: Renovar é preciso, renovar é possível. A música era tocada nos eventos que a candidata participava. Já nas redes sociais, o jingle virou um vídeo e foi acompanhado de uma edição de imagens que casam com a mensagem repassada. O número 2345 era fixado na memória do eleitor por meio de uma contagem feita pela candidata em todos os eventos.

A integração com o off-line, na época da campanha, ajudou a gerar um tráfego maior de conteúdo na página do Facebook. Ao participar das reuniões, eventos e entrevistas de rádios, Paula sempre dizia: “pessoal, entre em nossas redes sociais e acompanhe o nosso trabalho. Conheçam as minhas propostas, conheçam mais sobre mim”. Para ela, as redes acabaram se tornando um meio para que as pessoas a conhecessem, uma vez que os programas de Rádio e TV eram de escassos segundos.

Em uma análise feita na rede social Instagram da deputada durante o período da campanha, na semana de 22/09 a 01/10/2018 (P1), foi possível verificar um total de 32 posts, dos quais 15 são vídeos que foram visualizados por um total de 9.923 utilizadores e contabilizaram 65 comentários. Os demais posts, 17, foram de fotos e posts mais elaborados, os quais foram curtidos por 3.018 pessoas e tiveram um total de 46 comentários, que nem sempre eram respondidos.

Já no primeiro ano de mandato parlamentar, no mesmo período verificado durante a campanha (P2), foram registrados apenas 11 posts, dos quais 7 foram vídeos e 4 foram fotos. Os vídeos foram

visualizados por 26.885 pessoas e comentados por 223, enquanto que as fotos foram curtidas por 1.989 com 73 comentários.

Apesar de ter diminuído a quantidade de postagens entre P1 e P2, houve uma intensificação no número de visualizações e comentários. Isso também se deve ao fato do aumento no número de seguidores, que passou 10 mil em 2018 para 42,6 mil um ano depois.

A deputada acredita que as novas tecnologias surgem como um canal de democratização da informação. Segundo Belmonte, uma das grandes vantagens que as redes oferecem é a possibilidade de levar a informação a milhares de pessoas ao mesmo tempo e de forma muito mais rápida. “Trata-se de um canal pra gente mostrar e sociabilizar as informações de uma maneira rápida e transparente. No meu mandato, isso tem sido algo muito importante e desafiador, porque me coloca num contato direto com o meu eleitorado, permitindo que seja aberto um constante canal de comunicação para questionamentos e sugestões”, afirma.

Depois de ser eleita, houve uma redução na quantidade de postagens nas redes da parlamentar, que girava em torno de oito por dia na época da campanha, para uma média diária de um post, mas o trabalho tornou-se ainda mais profissional no ambiente online. Hoje, ela conta com um programa semanal, no qual presta contas do trabalho efetuado ao longo da semana, tanto na Câmara dos Deputados, quanto nas ruas. “Temos esse programa (Nosso Mandato) e também uma newsletter. Além de prestar contas, todas as vezes que alguém me elogia eu digo: muito grata. Isso me dá muita força, mas continue me acompanhando e me fiscalizando”, conta.

Para verificar a diferença entre os usos do Instagram e o Facebook, foi feita a análise de um novo período de dez dias do mandato, em agosto de 2021 (P3), agora com o foco voltado para as duas redes. Vale destacar que depois de três anos de sua eleição, ela conta com 71,1 mil seguidores no Instagram e mais de 303 mil seguidores no Facebook.

Os números mostram que é no Facebook que a parlamentar tem o maior número de seguidores, chegando a ser 4,2 vezes maior que o número de seguidores do Instagram. Daí também o fato do engajamento ser maior nessa rede, que registra 4,4 vezes mais comentários e quatro vezes mais o número de curtidas.

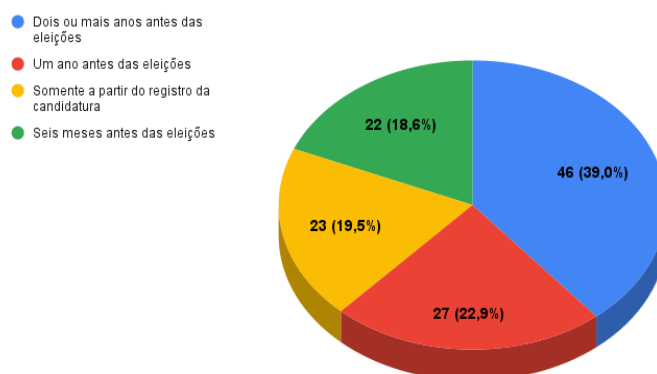
Apesar disso, hoje o Instagram é o preferido pela parlamentar para a gravação de vídeos ao vivo, as famosas lives, ferramenta utilizada pela deputada pelo menos uma vez por semana. Já o Facebook tem uma quantidade um pouco maior de postagens por ser a rede escolhida para repostar as matérias dos jornais sobre assuntos da pauta defendida pela parlamentar. As aparições na mídia também são postadas nas duas redes, normalmente nos stories, sendo posteriormente salvo nos destaques que tem um tópico específico com o nome “na mídia”.

Pela análise feita nas redes da parlamentar foi verificado que o conteúdo divulgado nas redes é adaptado para cada plataforma, sendo que se destacam os usos dos stories (Instagram e Facebook) e lives (que durante a campanha ficava restrita ao Facebook, mas hoje também é explorada no Instagram). Na época da campanha foram criados posts sobre os mais variados temas que a candidata defendia, sempre respeitando uma mesma identidade visual. Vídeos também foram produzidos especificamente para uso nas redes sociais.

2. O uso das redes sociais pelos parlamentares brasileiros

No parlamento brasileiro, muitos são os exemplos de candidatos que souberam usar as redes sociais como ferramenta estratégica para comunicação com os eleitores durante a campanha e continuam a usá-las durante o mandato. Com o objetivo de avaliar o uso das redes sociais como forma de comunicação política pelos parlamentares brasileiros, foi elaborado um inquérito por questionário, aplicado aos 594 congressistas brasileiros. Através das respostas foi possível verificar uso constante das redes sociais no processo de comunicação política, desde a campanha ao mandato. Ao todo, 121 deputados federais e senadores responderam à pesquisa, por meio de suas assessorias de imprensa, havendo questões em que alguns prefeririam não responder, principalmente as que tiveram ligação com o período que antecede a campanha. A margem de erro nas respostas é de 8%.

Gráfico 1 – Início do uso das redes para fins políticos

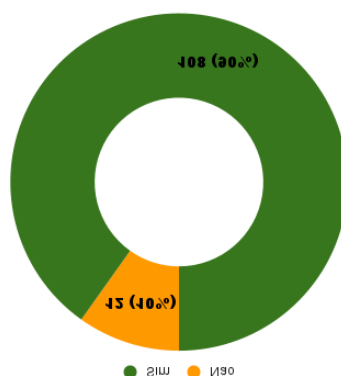


Fonte: Elaborado pelas autoras com dados extraídos do *GoogleForms*

É possível perceber que os parlamentares já faziam o uso das redes com fins políticos muito antes do registro da candidatura, tendo em vista que apenas 22 entrevistados responderam que tiveram essa intenção somente a partir do registro da candidatura na Justiça Eleitoral. A grande maioria já usava as redes com o objetivo de se projetar politicamente há pelo menos um ano do pleito. Isso confirma o que o autor Bruce Newman nos diz sobre a necessidade de aplicação de princípios e procedimentos de marketing para impulsionar a opinião pública, com o objetivo de ganhar as eleições (Newman, 2012). Esses parlamentares se valeram dessa tática, incluindo as redes sociais em seus planejamentos estratégicos, integrando ferramentas online e off-line, e alcançaram vitória no pleito.

Pela quantidade de respostas a esta pergunta, 118 de um total de 121, podemos concluir que a imensa maioria viu nas redes uma ferramenta para comunicar com os seus públicos e, assim, chamar-lhes a atenção. A estratégia vai ao encontro do que a pesquisadora Rosália Rodrigues diz de que hoje em dia é “impensável construir uma campanha sem que esteja planejada e adaptada a todos os média disponíveis” e isso parece ser exatamente o que os parlamentares entenderam. (Rodrigues, 2014)

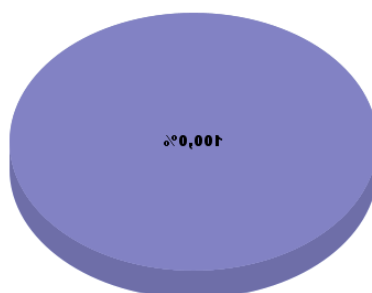
Em seguida, como forma de descobrir sobre a influência das redes no processo de eleição, eles também foram questionados se acreditam que as redes colaboraram para o êxito nas urnas. Com base na progressão da campanha e da forma como foi feito o trabalho online, os parlamentares poderão apontar se as redes colaboraram para o resultado pretendido ou não.

Gráfico 2 – Contribuição das redes sociais para vitória nas urnas

Fonte: Elaborado pelas autoras com dados extraídos do *GoogleForms*

Pelo gráfico acima, fica muito claro que as redes tiveram um importante papel na vitória dos parlamentares. Foram 120 respostas, sendo que 90% afirmou que as redes colaboraram para a vitória alcançada. Isso confirma o que foi referenciado ao longo do estudo sobre a importância do uso das redes no processo de comunicação política, sendo ferramentas indispensáveis para se fazer política na atualidade. Como já referenciado por alguns autores, aqueles que não participam das redes sociais acabam perdendo espaço dentro do processo político. (Cardoso, 2021; Panagopoulos, 2009; Rodrigues, 2014). O ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso inclusive chegou a admitir que o presidente Jair Bolsonaro foi mais rápido em relação ao uso das redes sociais, o que acabou sendo uma vantagem para ele, que conquistou a vitória na disputa pela presidência do Brasil em 2018. (Cardoso, 2021)

Em seguida, foi perguntado se as redes sociais estão sendo usadas durante o exercício político no Congresso. A resposta a esta questão esclarecerá se os parlamentares usam as redes sociais como ferramenta para todo o processo de comunicação política ou somente durante a campanha.

Gráfico 3 – Uso das redes sociais durante o atual mandato parlamentar

Fonte: Elaborado pelas autoras com dados extraídos do *GoogleForms*

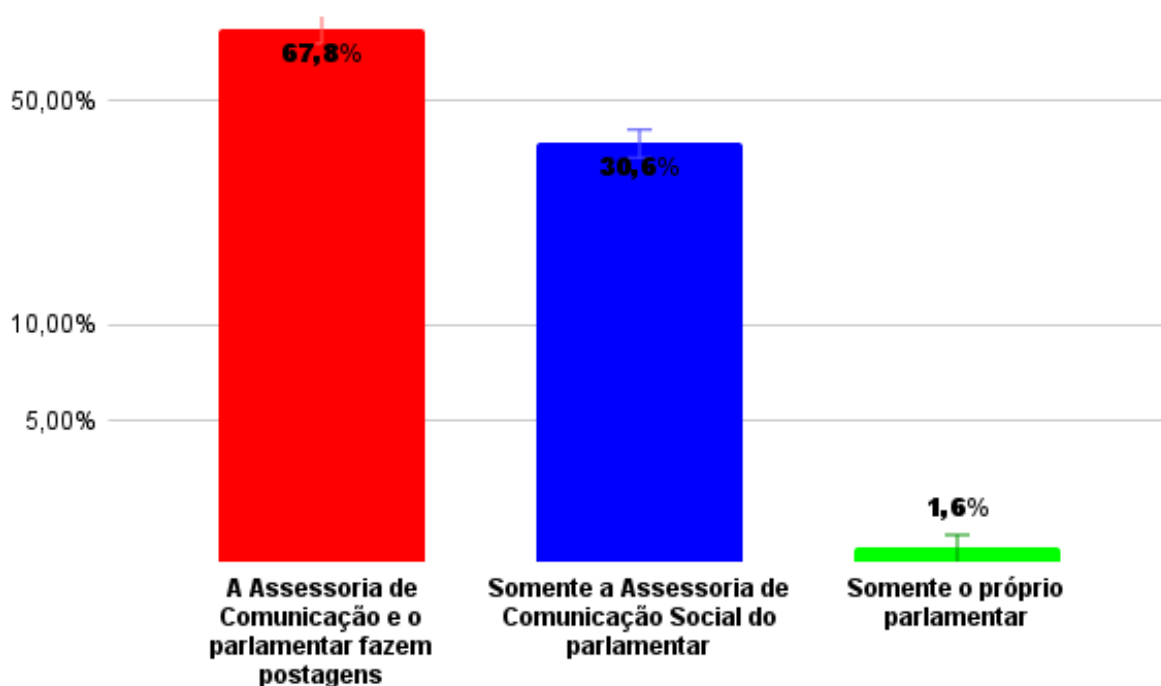
O resultado aponta que 100% dos entrevistados confirmaram que estão usando as redes sociais durante o mandato parlamentar. Os dados podem ser corroborados pelo índice FSBInfluênciaCongresso, pesquisa que aponta o nível de influência dos congressistas brasileiros nas

redes sociais. De acordo com o resultado divulgado em fevereiro de 2019, no início do mandato que está em curso, todos os parlamentares já eram usuários de alguma rede social, demonstrando uma mudança de comportamento entre o período que antecede a campanha e o início do mandato eleitoral, já que 10% afirmou que não usava as redes antes do pleito.

Todos pareceram preocupar-se em estar presente em alguma rede social como forma de estabelecer mais um canal de comunicação com os eleitorados, tendo em vista que tratar-se de um meio já utilizado por mais de 70% da população brasileira, conforme apontado pelo levantamento feito pela organização *We Are Social* e já demonstrado aqui. (*Digital 2021: Brazil*, 2021)

Após as perguntas sobre quais são as redes usadas no mandato e com que frequência as postagens são feitas (questões já tratadas nos gráficos acima, para efeito de comparação), os respondentes foram interrogados sobre quem são os responsáveis por fazer as postagens nas redes. Aqui a intenção é mostrar o grau de familiaridade dos parlamentares com as próprias redes sociais, de modo a entender se eles também fazem questão de ter seus próprios *posts*/vídeos numa tentativa de se sentirem mais próximos dos seus eleitores e de demonstrarem mais espontaneidade em algumas publicações.

Gráfico 4 – Responsável pelo abastecimento das redes do deputado/senador



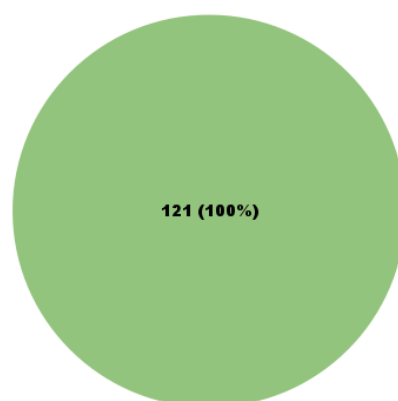
Fonte: Elaborado pelas autoras com dados extraídos do *GoogleForms*

Neste ponto, pudemos perceber que a maior parte dos parlamentares dividem essa tarefa com as respectivas assessorias de comunicação. O estudo de caso que vimos nesta investigação, nos aponta justamente nesse caminho. A própria parlamentar gosta de realizar posts em suas redes, principalmente nos stories do Instagram, que normalmente são replicados no Facebook. O que fica claro é que os posts mais elaborados, com textos maiores são produzidos pela equipe, enquanto que

os parlamentares ficam com as postagens mais espontâneas, sobre temas que estão sendo discutidos no plenário e também sobre outros assuntos que dominam a agenda política.

Para entender se os parlamentares acreditam que as redes sociais facilitam a comunicação com os eleitores, eles também foram questionados se as redes auxiliam no processo de comunicação direta com os eleitores, evitando as interpretações que ocorrem nos media tradicionais.

Gráfico 5 – Comunicação direta evita mudanças no conteúdo das mensagens

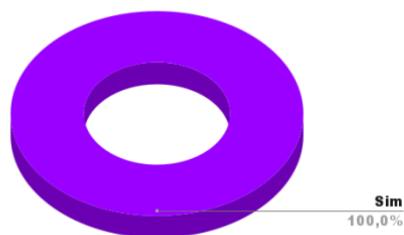


Fonte: Elaborado pelas autoras com dados extraídos do *GoogleForms*

É possível perceber que todos os 121 participantes da pesquisa fizeram questão de responder a esse questionamento e absolutamente todos concordam que a rede é um meio de comunicação direta capaz de transmitir a informação tal como o emissor prevê. Por meio da rede social, o parlamentar tem a capacidade de falar com o público e transmitir a mensagem de forma a evitar as interpretações e os filtros dos jornalistas.

Vários são os autores que referem a comunicação direta, sem a intermediação e interpretação dos media tradicionais, como uma das grandes vantagens das redes sociais. Por meio da comunicação direta, os parlamentares têm a liberdade de criarem suas próprias mensagens e a certeza de que elas serão transmitidas na íntegra. A estratégia dos parlamentares e suas equipes de comunicação passa ainda pela escolha do melhor dia e horário para divulgação da mensagem, o que também fica a cargo do agente político, o que não acontece quando a mensagem é transmitida com a mediação dos veículos de comunicação tradicionais, como rádio, TV e impressos que determinam não só os horários de veiculação das notícias, como também procedem à sua edição, muitas vezes reduzindo e comprometendo o conteúdo da mensagem. (Bimber & Davis, 2003; Domalewska, 2018; Johnson, 2009; Schulz, 2014; Van Kessel & Castelein, 2016)

Em uma das questões mais importantes de toda a pesquisa, os parlamentares tiveram que responder se consideram que as redes sociais constituem uma ferramenta de comunicação indispensável para se fazer política na atualidade. Aqui, o principal objetivo é justamente saber se a hipótese desta dissertação, de que as redes se tornaram elementos essenciais para se fazer política, tem ou não fundamento.

Gráfico 6 – Rede sociais são ferramentas indispensáveis para política atual

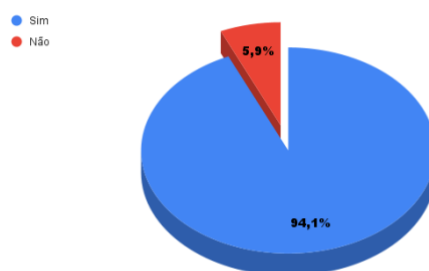
Fonte: Elaborado pelas autoras com dados extraídos do GoogleForms

O resultado, refletido no gráfico acima completamente preenchido somente com a resposta SIM, nos confirma o que vem sendo dito até aqui. As redes transformaram-se em instrumentos essenciais para o trabalho político não só no Brasil, mas em qualquer lugar do mundo. Elas deixaram as campanhas e mandatos mais interativos, permitindo ao eleitor participar mais ativamente do processo de comunicação política, o que para os parlamentares vai refletir no *feedback* e, conseqüentemente, em uma campanha e mandatos mais alinhados aos desejos do público (Cwalina et al., 2011).

Se considerarmos que 100% dos entrevistados também responderam que utilizam alguma rede como meio de comunicação durante o mandato, percebemos que a grande importância que os políticos atribuem às redes e como elas estão sendo usadas de forma estratégica e com o propósito de comunicar sobre as ações sobre o mandato. Isso pode ser confirmado com a resposta à questão sobre a frequência com que abastecem as redes, cuja resposta (90,90%) aponta para uma alimentação diária, o que segundo alguns autores constitui uma característica de campanha contínua.

Os autores Stephan Henneberg e Nicholas O'Shaughnessy defendem que o parlamentar explore a imagem também no mandato, como se fosse uma campanha, de modo a apoderar-se das ações para promoção contínua do político (Henneberg & O'Shaughnessy, 2007). Além disso, ao administrar seu próprio conteúdo digital, o parlamentar usa e abusa das imagens e mensagens positivas, o que também é um traço típico de campanha permanente (Domalewska, 2018). Entre outros atrativos que certamente faz das redes uma poderosa ferramenta de comunicação política está a possibilidade do político poder falar de qualquer lugar, a qualquer hora do dia ou da noite e em qualquer dia da semana (Sousa, 2017). A rapidez com que a mensagem chega ao público e a ausência de filtro liberam os parlamentares para uma comunicação mais aberta e independente e torna-se um grande atrativo e são alguns dos motivos que justificam a importância da rede (Van Kessel & Castelein, 2016) e certamente explicam o motivo pelo qual 100% dos entrevistados consideraram a rede um meio necessário para o trabalho político atual.

No entanto, existem alguns problemas decorrentes do uso das redes sociais. Um dos principais é a existência das *fake news*, as notícias falsamente criadas com o objetivo de denegrir a imagem de alguém ou de alguma coisa, como empresas e instituições, por exemplo. Assim, também foi perguntado se os parlamentares acreditam que as redes sociais aumentam o surgimento das *fake news* na política. A intenção é verificar se os parlamentares consideram que o ambiente virtual das redes acaba por ser um campo fértil para a proliferação desse tipo de notícia, uma vez que tais canais de comunicação direta não dispõem, na maioria dos países, de uma regulamentação.

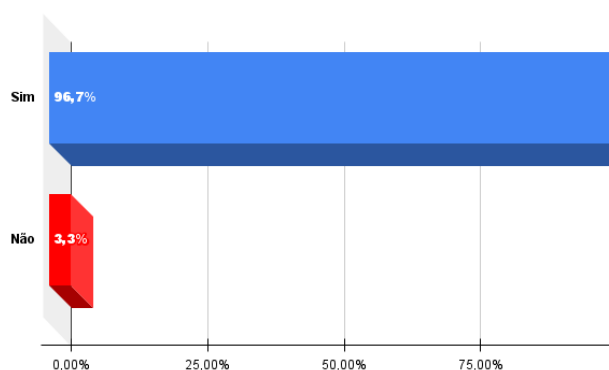
Gráfico 11 – Crescimento das fake news no ambiente das redes sociais

Fonte: Elaborado pelas autoras com dados extraídos do *GoogleForms*

Simplesmente a grande maioria, que indica um total de 94,1% dos 120 respondentes a esse questionamento, concordam que as fake news aumentam com as redes sociais. De fato, as notícias fraudulentas surgem com muita facilidade nas redes sociais e caberá aos receptores da mensagem a tarefa de distinguir o que é falso e o que é verdadeiro entre as diversas informações que circulam no ambiente online. Para os parlamentares, o cuidado é dobrado, tanto para não acreditar em qualquer notícia que se lê, quanto para não cair na tentação de repassar informações falsas e que envolvem os adversários políticos, por exemplo.

Além disso, é preciso saber discernir fake news de misinformation, que são os erros jornalísticos, por exemplo. Tais informações podem estar erradas e serem divulgadas nos media tradicionais, mas a grande diferença é que não foram criadas, forjadas ou manipuladas de modo a desacreditar alguém ou alguma instituição. Para evitar cair em erros assim, o emissor da mensagem deve sempre verificar a notícia diretamente com a fonte e também desconfiar de informações sensacionalistas, entre outros cuidados já listados. (Pena, 2019a, 2019b, 2019c; Rais, 2018)

A penúltima pergunta foi dirigida aos parlamentares com o intuito de descobrir se existe uma harmonia entre todo o trabalho que é feito nas redes sociais e também o material gráfico que circula nas ruas e o discurso parlamentar realizado nos eventos. Isso porque, conforme referenciado neste trabalho, é preciso existir uma sincronia de forma que tanto as postagens quanto os folders, por exemplo, reflitam a mesma opinião e postura do parlamentar em relação ao assunto em questão.

Gráfico 13 – Existe harmonia entre o material online e off-line

Fonte: Elaborado pelas autoras com dados extraídos do *GoogleForms*

O resultado nos evidencia que os políticos e suas equipes estão sempre atentos a esta questão e a sua grande maioria procura estabelecer essa harmonia entre o que é produzido para o ambiente *on-line* e também para o *off-line*.

Por fim, foi perguntado como é o conteúdo postado nas redes sociais. A ideia era entender se os parlamentares e suas equipes exploram as especificidades de cada rede social ou se apenas replicam o material que é produzido no ambiente *off-line*.

Gráfico 14 – Como é o conteúdo postado nas redes



Fonte: Elaborado pelas autoras com dados extraídos do *GoogleForms*

Pelo gráfico, podemos ver que há uma preocupação por parte dos parlamentares e suas assessorias quanto ao conteúdo que é postado nas redes. De acordo com o resultado, obtido mediante a resposta dos 121 respondentes, boa parte deles trabalham conteúdo diferenciado para as plataformas e respeita a particularidade de cada uma delas. Quase um terço dos respondentes assumiram que os posts são próprios para as redes, mas que usam o mesmo para todas as redes sociais, sem diferenciação.

A terceira opção de resposta: “Apenas replico tudo que é feito no trabalho de rua, como panfletos e reuniões com eleitores”, não foi assinalada por ninguém, o que demonstra que existe uma certa estratégia para o uso das redes, com conteúdos próprios e respeito às especificidades de cada rede, como o fato do Instagram não comportar mais do que 10 fotos por postagem ou mesmo ter a limitação de uma hora para live, enquanto que no Facebook tanto a disponibilidade de fotos é maior, quanto o tempo de duração de uma live também.

3. Conclusão

De acordo com diversos autores, as redes já são usadas de forma estratégica e como uma ferramenta dentro do processo político, tal como foi feito por Barack Obama, nas eleições de 2008 e 2012, transformando as redes sociais um novo canal de comunicação direta com os eleitores. Verificamos, no entanto, que para que seu uso seja eficiente é preciso combiná-las com todo o trabalho feito fora do ambiente virtual, ou seja, é necessária uma perfeita integração entre os ambientes online e off-line. Entre os respondentes ao inquérito encaminhado aos parlamentares brasileiros, 96,7% dos respondentes afirmaram que existe harmonia entre o trabalho off-line e o online.

E um exemplo disso pode ser verificado durante a análise das redes da deputada federal Paula Belmonte, tanto durante a campanha, quanto no mandato. As ações de comunicação online e off-line são integradas, de forma harmônica, sempre respeitando as especificidades de cada plataforma dentro

do ambiente digital. O discurso é coerente e a mensagem e identidade visual são facilmente identificadas não só nas redes sociais, mas também nas ações off-line.

O uso estratégico das redes é visto pela parlamentar e pelos autores como uma vitória dentro do processo político por permitir vantagens como uma campanha mais barata, favorecendo a participação de todos dentro do processo político, e também a possibilidade do eleitor fiscalizar/acompanhar a atuação parlamentar. Para Paula Belmonte, o uso das redes é uma oportunidade de estabelecer uma comunicação direta com os eleitores, sem a mediação dos media.

Essa foi justamente uma das questões em que a resposta foi unânime entre os respondentes ao inquérito que aplicamos no Congresso nacional. Todos concordaram que as redes sociais proporcionam uma comunicação direta, permitindo ao eleitor/seguuidor tirar suas próprias conclusões acerca das mensagens políticas. Ao serem veiculadas diretamente nas redes sociais dos políticos, a mensagem não sofrerá as interpretações dos jornalistas e os filtros normalmente impostos pela imprensa.

Assim, fica evidente que as redes sociais já conquistaram seu espaço no marketing político e que o uso das plataformas tem dado aos agentes possibilidades de levar mais conhecimento aos eleitores sobre o processo político, o que pode ser feito por meio de ações de comunicação estrategicamente pensadas. As redes poderão ser um meio usado não só a favor dos candidatos, mas também dos eleitores numa relação que pode ser orientada para a satisfação dos interesses do eleitorado.

O resultado do inquérito apontou, ainda, que 90% dos respondentes assumiram que as redes colaboraram para a vitória nas urnas e 100% deles concordam que as redes são imprescindíveis para se fazer política nos dias atuais. Pelo exposto e diante dos argumentos também já apresentados por vários autores ao longo de toda a pesquisa, podemos afirmar a hipótese que norteou este trabalho de que as redes sociais se tornaram ferramentas indispensáveis para a atividade política. Concluímos que apesar do desgaste dos meios de comunicação convencionais, eles sempre terão espaço na política e deverão coexistir com as redes sociais, que também chegaram para ficar.

Foi possível concluir, ainda, que existem desvantagens no uso político dessas redes, como a exposição excessiva da vida do candidato e também a criação de fake news, apontado por 94% dos respondentes como algo que tende a ser mais comum no ambiente das redes sociais, pois estas acabam se multiplicando com muito mais facilidade no ambiente digital. Para se prevenir das fakes, é preciso que o político e suas equipes de marketing estejam atentas aos conteúdos a serem replicados, sempre desconfiando de manchetes sensacionalistas sobre os rivais e conferindo nas fontes oficiais.

Acreditamos que o presente trabalho poderá contribuir para outras investigações acerca do uso das redes sociais enquanto ferramentas de comunicação política, mas outras questões ainda permanecem em aberto e também podem ser temas a serem explorados. Entre eles, é preciso buscar entender se a comunicação se dá de forma unidirecional ou bidirecional, ou seja, se existe um feedback dos comentários feitos pelos agentes políticos. Além disso, também permanece em aberto o real impacto que as redes podem causar nas decisões de voto dos eleitores.

4. Referências Bibliográficas

- BAPTISTA, H. S. C. (2021). *O uso do Facebook e do Twitter por Jair Bolsonaro na campanha presidencial de 2018*. (Mestrado). Universidade Católica Portuguesa, Retrieved from <http://hdl.handle.net/10400.14/33418>
- BIMBER, B., & Davis, R. (2003). *Campaigning Online. The Internet in the US Elections* (8 ed.). New York: Oxford University Press Inc.
- CACCIOTTO, M. (2015). *Marketing Político: como vencer eleições e governar*. Coimbra: Conjuntura Actual.
- CAETANO, J., Simões, M. M., & Gravelho, M. d. C. (2012). *Marketing Político. Poder e Imagem*. Lisboa: Escolar Editora.
- CANÁRIO, P. (2018). A melhor tradução para fake news não é notícia falsa, é notícia fraudulenta: entrevista. *Revista Conjur*(12 de agosto). Retrieved from <https://www.conjur.com.br/2018-ago-12/entrevista-diogo-raiz-professor-direito-eleitoral>
- CARDOSO, F. H. (2021). "Bolsonaro foi mais rápido do que os outros", diz FHC sobre uso de redes sociais na política. *Opinião, TV Cultura*. Retrieved from https://cultura.uol.com.br/noticias/24886_bolsonaro-foi-mais-rapido-do-que-os-outros-diz-fhc-sobre-uso-de-redes-sociais-na-politica.html
- CORNFIELD, M., & Kaye, K. (2009). Online Political Advertising. In C. Panagopoulos (Ed.), *Politicking Online* (pp. 163-176). New Jersey: Rutgers University Press.
- CWALINA, W., Falkowski, A., & Newman, B. I. (2011). *Political Marketing. Theoretical and strategic foundations*. New York: M.E. Sharpe, Inc
- DIGITAL 2021: Brazil*. (2021). Retrieved from <https://datareportal.com/reports/digital-2021-brazil>
- DOBEK-OSTROWSKA, B., & Garlicki, J. (2013). *Political Communication in the Era of New Technologies*. New York: Peter Lang Edition.
- DOMALEWSKA, D. (2018). The permanent campaign in social media: A case study of Poland. *Central and Eastern European eDem and eGov Days*, 331, 461-468. doi:10.24989/ocg.v331.38
- FIGUEIRAS, R. (2019). Mediatização 2.0: A integração das redes sociais na praxis política. In U. A. NIP-C@M & d. Lisboa (Eds.), *Comunicação Política* (pp. 45-74). doi: <https://doi.org/10.26619/978-989-8191-99-1>
- GERHARDT, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- GOMES, W., & Dourado, T. (2019, 11/01). Fake news, um fenómeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia.
- GONÇALVES, F. C. N. I., & Assis, M. G. d. (2019). Twiplomacy: a ascensão de Donald Trump em 140 caracteres. *2019*, 10(49), 20. doi:10.22456/2178-8839.87556
- GONÇALVES, L., & Ferreira, A. R. (2013, Janeiro/Dezembro). Facebook: a nova ferramenta de campanha eleitoral digital. *Revista Panorama*. Retrieved from <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/panorama/article/view/3441>
- GONZÁLEZ, R. B., & Cambra, U. C. (2018). Political information and social networks in the United States: From Obama to Trump. *Informacao e Sociedade*, 28(3), 183-191. doi:10.22478/ufpb.1809-4783.2018v28n3.42534
- HENNEBERG, S. C., & O'Shaughnessy, N. J. (2007). Theory and Concept Development in Political Marketing. *Journal of Political Marketing*, 6(2-3), 5-31. doi:10.1300/J199v06n02_02

- JOHNSON, D. W. (2009). *Campaigning for president 2008 : strategy and tactics, new voices and new techniques*. London: Routledge.
- JOHNSON, D. W. (2010). Communicating with voters: The New Media. In *Campaigning in the Twenty-First Century: A Whole New Ballgame?* (pp. 11-27). New York: Routledge.
- KOTLER, P., Kartajaya, H., & Setiawan, I. (2016). *Marketing 4.0: Moving from Traditonal to Digital*. New Jersey: John Wiley & Sons.
- LEES-MARSHMENT, J. (2014). *Political marketing: principles and applications*. New York: Routledge.
- MCNAIR, B. (2008). *An introduction to political communication* (T. F. LTD Ed. Fourth edition ed.). London: Routledge.
- NEWMAN, B. I. (2012). The Role of Marketing in Politics: Ten Years Later. *Journal of Political Marketing*, 11(1-2), 1-3. doi:10.1080/15377857.2012.642697
- PANAGOPOULOS, C. (2009). *Politicking Online: The Transformation of Election Campaign Communications*. London: Rutgers University Press.
- PENA, P. (2019a). Fábrica de mentiras: viagem ao mundo das fake news. *Diário de Notícias*. Retrieved from <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/26-out-2019/fabrica-de-mentiras-viagem-ao-mundo-das-fake-news-11447343.html>
- PENA, P. (2019b). Fake news, infox, manipulação: o que é. *Diário de Notícias*. Retrieved from <https://www.dn.pt/poder/perguntas-e-respostas-fake-news-infox-manipulacao-o-que-e-10162844.html>
- PENA, P. (2019c). Nove Passos Para Distinguir Informação e Fake News. *Diário de Notícias*. Retrieved from <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/05-out-2019/nove-passos-para-distinguir-informacao-de-fake-news-11371288.html>
- PERLOFF, R. M. (2014). *The dynamics of political communication: media and politics in a digital age* (Routledge Ed.). New York: Routledge.
- RAIS, D. (2018). O que é Fake News. Retrieved from <https://www.eleitoralize.com.br/site/>
- RODRIGUES, R. (2014). *Comunicação Política 2.0: Estratégias On-line na Campanha Eleitoral das Eleições Legislativas de 2009*. (Doutorado). Universidade da Beira Interior, Covilhã. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10400.6/4252>
- SCHULZ, W. (2014). Mediatization and new media In J. S. W: F. Esser (Ed.), *Mediatization of Politics. Understanding the Transformation of Western Democracies* (pp. 57-73): Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- SOUSA, Í. J. d. (2017). Campanha permanente nas mídias sociais: uma proposta metodológica para análise do uso dessa estratégia por congressistas ligados a grupos de interesse. Paper presented at the Compolítica, 7, Porto Alegre. http://compolitica.org/novo/anais/2017_JOATHAN.pdf
- VAN KESSEL, S., & Castelein, R. (2016). Shifting the blame. Populist politicians' use of Twitter as a tool of opposition. *Journal of Contemporary European Research*, 594-614. Retrieved from <https://www.jcer.net/index.php/jcer/article/view/709/583>

A Era da Inteligência Artificial e o nosso futuro humano

Armando Malheiro da Silva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CITCEM

armando.malheiro@gmail.com



Estamos a viver tempos de transição. Isto é certo e não é inédito. Os contemporâneos das revoluções industrial, americana e francesa, ao longo do séc. XVIII, sentiram a mesma sensação de forte “aragem de mudança” e de inquietação face ao inusitado. Atravessado o turbilhão dos acontecimentos, caberia aos historiadores arrumar cronologicamente (tarefa para eles natural e aparentemente simples) essas mudanças, consideradas profundas, em épocas, designadas de “idades” – a Idade Média, a Moderna e a Contemporânea. Esta última abrangia uma espécie de presente extenso, pelo séc. XX dentro.

Outros olhares, porém, pousaram no devir social e o conceito de Modernidade ganhou maior amplitude, abarcando desde o Renascimento e as Descobertas até meados do séc. XX. Fim de longo ciclo e início de...? Filósofos, sociólogos, ensaístas e “artífices” das Humanidades, atentos ao impacto da política, da economia e dos fatores sociais e mentais nas artes e nas letras, expressaram nova mudança e nova periodização de forma tão sugestiva, como vaga - a Pós-Modernidade. Na década de setenta e seguintes de novecentos anuncia-se mais do que um novo ciclo ou Era; anuncia-se um estado “revolucionário” de atos e de intenções. Considerando-a em retrospectiva percebe-se que correspondeu à necessidade de vazio que urgia periodizar, tanto mais que uma poderosa revolução tecnológica (muito para lá de técnica) irrompera no pós-guerra e que carecia de caracterização – sociedade pós-industrial, revolução informacional, sociedade da informação... As expressões foram-se sucedendo, mas de recorte mais sociológico que histórico. E de facto, parece, até hoje, que os historiadores não se atrevem a nomear declarativa e assertivamente o decurso de um novo período, de uma nova Era, para a qual, no entanto, circulam substantivos e adjetivos – digital, informação e, muito recentemente, inteligência artificial!...

Três personalidades de proa no universo político-diplomático e tecnológico subscreveram implicitamente a proposta nominativa para o novo ciclo estrutural já em curso – a Era da Inteligência Artificial. Henry A. Kissinger (56º Secretário de Estados dos EUA entre 1973 e 1977 e prémio Nobel da Paz em 1973), Eric Schmidt (tecnólogo, empresário e filantropo, foi CEO da Google responsável pela transformação desta *startup* de Silicon Valley em empresa tecnológica global) e Daniel Huttenlocher (reitor inaugural do MIT Schwarzman College of Computing e presidente do Conselho de Administração da John D. and Catherine T. MacArthur Foundation) associaram-se à escrita colaborativa para nos revelarem e apresentarem “a uma era que começa agora a despontar: a da coabitação entre humanos e a inteligência artificial” (na contracapa).

No Prefácio o projeto editorial é explicado de forma clara e sucinta:

Há quatro anos que nós, juntamente com Meredith Potter, que ajuda Kissinger nas suas pesquisas intelectuais, nos reunimos para a análise destas e outras questões, procurando abranger as oportunidades e os riscos colocados pela ascensão da IA. Em 2018 e 2019, Meredith ajudou-nos a alinhar as nossas ideias em artigos, que nos convenceram de que devíamos – e de que com a sua ajuda permanente podíamos – expandi-los para escrever este livro.

O derradeiro ano dos nossos encontros coincidiu com a pandemia da COVID 19, que nos obrigou a reunir-nos por videoconferência – outra tecnologia que era considerada extravagante ainda há pouco tempo, e agora é omnipresente. À medida que o mundo se ia fechando, sofrendo perdas e mudanças como só sofrera um século antes durante os períodos das guerras mundiais, as nossas reuniões semanais foram-se transformando num fórum dos atributos humanos que a IA não exerce: amizade, empatia, curiosidade, dúvida e preocupação (p.11).

Aí é assumido que os Autores divergiam quanto ao otimismo com que encaravam a IA, mas convergiram “no sentido em que a tecnologia está a mudar o nosso pensamento, o conhecimento, a percepção e a realidade – e ao fazê-lo, está a mudar o curso da história humana” (p. 11). Concordam neste ponto essencial e isto leva-os a seguir uma via compreensiva, equidistante da celebração ou da rejeição da IA. Os Autores escreveram este livro para analisarem as consequências e implicações de uma tecnologia que já é onnipresente e em desenvolvimento acelerado.. E ao longo de sete capítulos (1 – Onde estamos; 2 – Como chegamos aqui – tecnologia e pensamento humano; 3 – De Turing aos dias de hoje – e mais além; 4 – Plataforma de rede globais; 5 – Segurança e ordem mundial; 6 . IA e identidade humana; 7 – IA e o futuro) perecem-se dois movimentos; um inicial de contextualização; e um segundo de problematização prospectiva.

Os três primeiros capítulos oferecem-nos uma síntese da realidade em que estamos imersos e em que a IA está operante somando sucessos e impressionando o seu criador – o Homem. A partir do Alpha Zero, programa de IA desenvolvido pela Google DeepMind que derrotou em maio de 2017 o Stockfish em jogo de xadrez, iniciando uma “revolução silenciosa”, os programas e as proezas sucedem-se nas páginas do capítulo primeiro até ao ponto da constatação incontornável: “Até agora, a razão tem sido uma prerrogativa da humanidade e, desde o Iluminismo, o seu atributo definidor. O advento de máquinas de aliar uma aproximação da razão humana ao processamento refletir-se-á tanto nos humanos como nas máquinas (p. 31). Abre-se uma interação máquina-humano com virtualidades e riscos: “Ajudada pelos programas e difusão da IA da IA, a mente humana está a aceder a novas perspetivas, permitindo vislumbrar objetivos antes inatingíveis.. Estes incluem novos modelos com que prever e mitigar desastres, conhecimentos matemáticos mais profundos, e completo conhecimento do Universo e da realidade da sua envolvimento” (p. 33). Mas todos estes novos horizontes tangíveis trazem consigo uma alteração da relação humana com a razão e a realidade e para isto não estamos nem filosófica, nem politicamente preparados.

No entanto, o que estamos a viver resulta de uma trajetória que tem algum lastro e isso é explicado no capítulo segundo, em que os desenvolvimentos filosóficos e científicos conduziram a um patamar tecnológico superador do plano estritamente técnico. Para melhor se compreender esse lastro é tecida uma exposição, neste capítulo, de teor filosófico e histórico-científico, que culmina na assunção de que nos encontramos num ponto de viragem, em que algumas das inovações obtidas não podem ser entendidas como extensões do conhecimento até agora consolidado: “Ao comprimir a medida de tempo em que a tecnologia altera a experiência da vida, a revolução do digital e o avanço da IA geraram fenómenos que são genuinamente novos, e não meras versões mais potentes ou eficazes de coisas passadas” (p. 55). E neste quadro novo o volume crescente e o acesso vertiginoso à informação surge como inovação pura e transformadora, sendo entendida deste modo, que nos parece ambíguo e simplista, por consequência frustrante: “Quando é contextualizada, a informação torna-se conhecimento. Quando suscita convicções, o conhecimento torna-se sabedoria. No entanto, a Internet inunda os utilizadores com as opiniões de milhares de pessoas, privando-os da solidão necessária à reflexão atenta, que foi, historicamente, aquilo que conduziu ao desenvolvimento de convicções” (p. 57).

O tópico da informação tem, dentro desta temática, uma particular importância e prende-se com o essencial do capítulo 3 do livro – “De Turing aos dias de hoje – e mais além”. Inevitavelmente o matemático e decodificador inglês Alan Turing é evocado como referencia basilar, através da solução por ele proposta em 1950:

Num ensaio despreziosamente intitulado “Máquinas de Computação e Inteligência”, Turing propunha que se pusesse definitivamente de lado a questão da “inteligência” das máquinas. O importante, postulava Turing, não era o mecanismo, mas sim a manifestação de inteligência. Tendo em conta que as vidas interiores de outros seres continuam indecifráveis, explicava ele, a única forma de medirmos a inteligência terá de ser o comportamento exterior. Com este postulado, Turing marginalizava séculos de debates sobre a natureza da inteligência. O “Jogo da Imitação que introduziu defendia que se alguma máquina operasse de forma tão proficiente que os observadores não conseguissem distinguir o seu comportamento do dos humanos, então a máquina devia ser considerada “inteligente”!. Nasceu o “teste de Turing” (pp. 59-60).

Não nasceu, apenas, um “teste”, nasceu um rumo que tornou possível a IA dos dias de hoje, como é mostrado nas páginas desse terceiro capítulo, mas nasceu, também, um reducionismo lógico-prático que produziu avanços tecnológicos surpreendentes e que continuam a evoluir, inutilizando o debate conceitual sobre inteligência, cognição e consciência no seio dos laboratórios onde essas “máquinas inteligentes” são criadas e aperfeiçoadas. Ora, uma óbvia vantagem com benefícios práticos tem sido obtida de forma unidimensional, desprezando a complexidade integral. Esta conceção unidimensional está patente ao longo do referido terceiro capítulo e é evidente no último ítem intitulado “O sonho da inteligência geral artificial”, onde se afirma que a IA transformará as nossas vidas e o nosso futuro, alimentando-se de quantidades colossais de dados e de informação (entendidos ambos os termos num sentido mecanicista e fisicamente mensurável), mas onde, também, se reconhece que “Devemos todos garantir que a IA não seja criada isoladamente – e, consequentemente, ter em atenção tanto os seus benefícios, como os seus potenciais riscos” (p. 95). Ou seja, a IA precisa ser controlada pelos humanos e para que este controlo seja considerado possível e eficaz está pressuposto, inevitavelmente, que a inteligência das máquinas gerível por uma “inteligência” forçosamente diferente e capaz dessa função gestionária.

Os Autores do livro deixaram-se cair numa contradição inevitável; por um lado aceitaram o reducionismo mecanicista e filosófico imposto, com visível sucesso tecnológico, por Turing, mas, por outro, admitem, implicitamente, que a IA tem de estar ontologicamente num patamar distinto da humana. Trata-se de uma contradição que não prejudica o propósito da obra, porquanto todos quantos desejem manter a indispensável sanidade crítica não podem ignorar que, no final, a IA será dirigida humanamente para a tragédia total, como poderá, humanamente, ser travada em favor de exigências éticas multiseculares.

Os Autores confiam, acima de tudo, na Humanidade e, por isso, orientam os restantes capítulos do livro no sentido de mostrar exemplos e colocar questionamentos que, partindo da evidência irreversível, de que estamos imersos numa realidade em que a IA é um elemento integrante e ativo, é possível preservar o livre arbítrio para a escolha de um futuro onde a espécie humana prossiga com a sua exclusiva e indeclinável responsabilidade na sobrevivência própria e de todo o planeta e tudo o que nele está e vive.

Este livro não foi escrito para ser compreendido pelas “máquinas de computação” previstas por Turing, mas ajudar os humanos a ajustarem-se a uma realidade que, como sempre, eles estão a criar e, como convém, saibam manter sob seu controlo pela positiva. Por exemplo e no que toca às chamadas “redes globais”, os Autores pretendem salientar que “as plataformas de rede assentam cada vez mais em IA, dando origem a uma interação entre humanos e IA, cuja importância alcança o grau de marco civilizacional” (p. 99). No entanto, os operadores dessas redes são pessoas e a maioria delas originárias dos EUA, o que diz muito sobre o modo como essa interação é feita e desenvolvida. Daí a

importância em compreender essas plataformas de rede, como elas se mesclam com as comunidades e a vida quotidiana, como se articulam com as empresas e as nações, como elas se implicam no atualíssimo problema da “desinformação” (pp.118-121), como se encontram já envolvidas nos dilemas a enfrentar por governos e regiões, como se posicionam na definição atual e futura da geopolítica, enfim como compreender e encarar o futuro da Humanidade interligada às plataformas de rede. Vale a pena registar este extrato: “Os operadores de plataformas de rede defrontarão escolhas que ficam para além do serviço ao cliente e do êxito comercial. Até agora não foram obrigados a definir um objetivo “racional” ou de serviço que fosse para além da melhoria do produto, do mais largo alcance e de servir os interesses de acionistas e utilizadores. (..) Necessitarão não só de participar na definição da capacidade e dos objetivos derradeiros dos reinos virtuais que criaram, como terão ainda de contribuir para delinear os princípios segundo os quais interagem entre si e com outros sectores da sociedade” (pp.135-136)..

Diante da segurança e da ordem mundial, matéria de um outro extenso capítulo gizado, desta feita, por Henry Kissinger, os problemas, dilemas e desafios são postos e analisados tendo o foco na guerra cibernética, nas armas nucleares “inteligentes”, no controlo de todo o armamento, nos conflitos digitais, na segurança convulsa em que vivemos, etc. A gestão da IA neste cenário desafiador tem de ser feita a partir de uma negociação humana vital, como se exemplifica: “A IA aumenta o risco de ataque preventivo e do escalar prematuro para o conflito. Um país que receie que outro esteja a desenvolver determinada capacidade poderá tentar prevenir-se contra ela: se esse ataque for “bem-sucedido”, não haverá depois maneira de descobrir se este se justificava. As negociações devem concentrar-se em limitar esta corrida, mas também em garantir que cada lado tem conhecimento, em termos gerais, do que o outro está a fazer” (p. 166).

E chegamos, enfim, aos dois capítulos finais do livro que melhor explicitam a posição dos Autores e que, tendo em vista o escopo desta recensão, trazem para pauta as questões centrais do presente e futuro imediato: como se manterá a identidade humana sob o impacto cada vez mais profundo da IA e como esta continuará a evoluir pelo futuro afora (questão futurológica que os Autores tratam com muita contenção).

No capítulo 6 vale a pena destacar que, segundo os Autores, a colaboração entre a IA e as pessoas exigirá que estas se ajustem a “um mundo em que a sua razão deixa de ser a única via de conhecimento ou exploração da realidade. Isto prognostica uma viragem na experiência humana mais significativa do que qualquer outra ocorrida há quase seis séculos – desde o advento da imprensa” (p. 182). Em tal quadro as vias que se abrem são duas: as sociedades reagem e adaptam-se progressivamente à mudança ou as sociedades abrem um debate em que seja determinado o papel da IA e, conseqüentemente, o papel dos humanos. Um debate interdisciplinar e tão urgente, quanto difícil e complexo. E nos tópicos que se seguem os Autores encadeiam tópicos para esse debate: como pode a IA transformar positivamente a experiência humana em diversos domínios de atividade, com a advertência dos riscos associados; como a IA estará presente na tomada de decisões e isso terá tanto de promissor como de gerador de tensões com o entendimento humano; como ela se imiscuirá mais e mais nos processos de descoberta científica; como se tornará peça inseparável dos processos de educação e aprendizagem vitalícias; como pode contribuir para a produção de perceções da realidade diferentes das que os humanos poderiam ter imaginado; e como a IA tem condicionado cada vez mais o espaço informativo, surgindo novos intermediários da informação – e dentro destes tópicos os Autores deixam impresso o seguinte:

Os efeitos da IA no conhecimento humano são paradoxais.

Por um lado, as IA intermediárias conseguem navegar e analisar conjuntos de dados mais vastos do que uma mente humana entregue a si própria alguma vez poderia ambicionar.. Por outro lado, esse mesmo poder, , essa mesma capacidade de lidar com grandes quantidades de dados pode favorecer formas de manipulação ou erro. Quando dirigida por um humano, a IA tem capacidade para explorar as paixões humanas de forma mais eficaz do que a propaganda tradicional. (p. 194)

E o rol de efeitos perversos continua nessa e nas páginas seguintes, no entanto os Autores formulam um conjunto de princípios fundamentais necessários para que a autonomia humana e a imunidade a interferências nocivas da atividade desregulada da IA, especialmente no domínio governativo e político (pp. 198 a 201).

Este plano de “proteção” prossegue no capítulo final – “IA e o futuro” - e transforma-se numa espécie de manifesto com tópicos fortes que merecem ser realçados até para que no fecho desta recensão possamos introduzir que papel tem a Ciência da Informação num futuro com IA. E os tópicos são sugestivos por si mesmos. Os Autores abrem com a comparação entre as duas “galáxias” que marcam a evolução da Humanidade no Ocidente; “a de Gutenberg” no séc XV (cunhada por MacLuhan) e a “da Internet” a partir de meados do séc. XX (cunhada por Castells). Ambas representam mudanças não apenas culturais, mas sociais, económicas, políticas, sendo que a “galáxia” ou revolução que estamos a viver com desenvolvimentos inusitados e imprevisíveis comporta alterações no modo de viver, de raciocinar e de sentir nunca antes experienciados, assim como, destacando especificamente a IA, o desafio posto é que ela tanto pode melhorar a trajetória humana em devir, como pode piorá-la. E esta perspetiva ambivalente é mais escarpada no tópico “Inteligência Geral Artificial”, prossequindo no desafiante “IA, Informação Livre e Pensamento Independente” e , para rematar, na “IA e Ordem Internacional” (ver para todos eles pp, 213 a 228).

Diante do quadro aberto que os Autores nos oferecem nesta obra várias reflexões e posicionamentos podem ser elaborados. Aqui e a fechar esta nossa “longa leitura anotada” interessa-nos colocar a Ciência da Informação, cuja natureza epistemológica e perfil de aplicação não cabe, agora, sequer aflorar, como eventual parceira disciplinar no complexo processo de retificar a perspetiva negativa que os Autores não excluem e dar contributo significativo, com outras ciências sociais e naturais (tecnologia inclusa), Trata-se de um assunto crucial que tem de ser trabalhado doravante dentro do campo ainda pouco articulado e amadurecido da Ciência da Informação, mas para o qual nesta recensão vale a pena deixar, em jeito de premissas a analisar e testar, o seguinte:

- a) Assumir a CI como uma ciência social aplicada que integra a tecnologia digital como componente intrínseca, mas subordinada a um aparato teórico-metodológico procedente das ciências sociais;
- b) Aprofundar a relação com a interdisciplina denominada “Ciência dos Dados” por forma que a atividade desta não se converta num “ritual” estatístico e mecanicista gerador de “certezas” que não se adequam ao âmago complexo da vida humana e social, mas que se torna, apenas, um “dictat” rígido e “frio” condicionador e dominador do agir humano.
- c) Decorrente da premissa anterior sobressai a exploração que tarda a ser feita de como a CI deve participar no desenvolvimento da IA e como pode a partir daí, dessa participação, ser um “agente científico” positivo para sua humanização.